

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

---

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O processo de implantação da Lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908: Lei do Alistamento e  
Sorteio do Serviço Militar Obrigatório no início do século XX**

Luiz Sandro Gonçalves da Rosa

Brasília  
Dezembro 2016

Luiz Sandro Gonçalves da Rosa

**O processo de implantação da Lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908: Lei do Alistamento e Sorteio do Serviço Militar Obrigatório no início do século XX**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para obtenção do grau de licenciado em História sob a orientação do Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Mateus Gamba Torres (Orientador)  
Departamento de História UnB

---

Professora Dra. Albene Miriam Menezes Klemi  
Departamento de História UnB

---

Professora Dra. Teresa Cristina de Novaes Marques  
Departamento de História UnB

Brasília  
Dezembro 2016

Para José Weber (Juca), Pai  
*In Memoriam*

## **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar o sistema de incorporação no serviço militar no início do século XX, com a implantação de um sorteio de pessoas para preenchimento das vagas existentes em postos de menor grau hierárquico. Assim como, investigar o fato de uma Lei criada pelo governo poder representar mudança no conceito de incorporação nas fileiras das forças armadas. Pesquisar os motivos pelos quais a população, no início dos 1900, temia a prestação do serviço militar obrigatório, bem como a razão de as forças armadas serem consideradas sinônimo de maus tratos, humilhação e exploração humana.

A lei do sorteio militar era apresentada como a lei que reformularia as instituições militares, pois trazia um conceito de profissionalismo para forças armadas, e também mudaria um sistema que utilizava a “caçada humana” como meio de suprir suas necessidades de contingente. Na pesquisa, fez-se uma sondagem dos movimentos políticos do período que apoiaram ou foram contrários à aplicação da Lei do sorteio militar. Argumentos dos dois lados, a favor ou contra, foram levantados a respeito da obrigatoriedade do serviço militar.

**Palavras-chave: serviço militar, sorteio, exploração, opositores.**

## **ABSTRACT**

The objective of this work is to analyze the system of incorporation in the military service in the early twentieth century, with the implementation of a lot of people to fill the vacancies existing in posts of lower hierarchical rank. As well as investigating the fact that a law created by the government may represent a change in the concept of incorporation into the ranks of the armed forces. To look into the motives for which the population, in the early 1900s, feared the provision of compulsory military service, as well as the reason the armed forces were considered to be synonymous with ill-treatment, humiliation and human exploitation. The law of military draw was presented as the law that would reform military institutions, bringing a concept of professionalism to the armed forces, and would also change a system that used the "human hunt" as a means of meeting their contingent needs. In the research, a survey was made of the political movements of the period that supported or opposed the application of the Law of the military lottery. Arguments from both sides, for or against, were raised regarding the obligatory nature of military service.

**Keywords:** military service, raffle, holding, opponents.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
CAPÍTULO 1 – ALISTAMENTO MILITAR: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA.....	14
1.1) ENTENDIMENTO SOBRE A LEI Nº 2.556 DE 26 DE SETEMBRO DE 1874 .....	16
1.2) ENTENDIMENTO SOBRE A LEI Nº 1.860 DE 4 DE JANEIRO DE 1908.....	19
1.3) A FORMAÇÃO REPUBLICANA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	21
CAPÍTULO 2 – DEFENSORES E OPOSITORES DA LEI Nº 1.860 DE 4 DE JANEIRO DE 1908.....	25
2.1 DEFENSORES:.....	25
2.2 OPOSITORES: .....	31
2.3 A APLICAÇÃO DA LEI DO SORTEIO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO .....	36
CAPÍTULO 3 – BRASIL E O ALISTAMENTO MILITAR NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	52
ANEXOS .....	56
DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE.....	71

## INTRODUÇÃO

É possível verificar, na atualidade, a presença do Exército Brasileiro em praticamente todas as localidades do país e sabe-se que os jovens de 18 anos de todas as cidades estão aptos à incorporarem nas fileiras das Armas. O alistamento é uma obrigação imposta aos jovens do sexo masculino de todo o país, ainda nos moldes do século passado, sendo adaptado o sistema ao mundo eletrônico contemporâneo. O que permanece é o cumprimento às normas descritas na lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.<sup>1</sup>

Esse alistamento nos parece, hoje, muito simples, praticado com facilidade em todos os rincões do Brasil. Todos os municípios participam em tempo real oportunizando um resultado positivo para as Forças Armadas. Com o processo de informatização presente no Brasil do século XXI, os jovens ao completarem 18 anos procuram uma junta de alistamento militar que existe em todas as cidades brasileiras e realizam seu alistamento, dando assim, início ao processo que se completará ao final de um ano com a convocação desse jovem para prestar o serviço militar obrigatório ou com sua dispensa, transferindo-o automaticamente para a situação de reservista, com maior celeridade, sendo essa uma das vantagens da informatização do sistema. Dessa forma, tem-se como resultado a existência de um contingente maior de jovens alistados, com isso as instituições bélicas do país têm a possibilidade de escolha no preenchimento de seus claros<sup>2</sup>, dentro da realidade e necessidade de cada uma.

No entanto, estudando o Exército Brasileiro, ao longo do curso de História, fui levado a questionar-me sobre o serviço militar obrigatório durante a República Velha, nos primeiros anos do século XX, entre 1908 e 1916. Como era feito o alistamento dos jovens nesse período e se havia alistamento militar legalizado por parte do governo? Questionei-me também sobre a maneira como se dava a manutenção das pessoas dentro dos aquartelamentos do Exército nos diversos rincões do país? Que tipo de vantagem e desvantagem havia para quem era subordinado de baixa patente?

Na análise feita em documentos do período de 1908 a 1916, notei que o alistamento militar sofreu adaptações conforme a realidade e às necessidades do país em empregar suas Forças Armadas. Essas variações são percebidas a partir do ano de 1908 com a mudança ideológica do mundo em função da guerra iminente na Europa. Também constatei que o alistamento era

---

<sup>1</sup> BRASIL. lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964.

Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4375.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2016.

<sup>2</sup> Termo utilizado dentro dos meios militares para referir-se a vagas.

feito através da “caçada humana”<sup>3</sup>, inicialmente e posteriormente, através de um sorteio. Porém, esse trabalho vai transitar em torno da procura das resposta sobre “o que significa o sorteio do serviço militar”?

Através da leitura de documentos e relatos do período em questão, pude depreender uma constante transformação no pensamento dos militares, com relação ao sistema de alistamento militar, que tem seu início no primeiro reinado com D. Pedro I. Nota-se que a maior necessidade de aprimoramento do alistamento militar no Brasil se dá durante a guerra do Paraguai<sup>4</sup>, pois nesse momento o país tem a obrigação de defender seus limites em um combate armado com um inimigo externo, no entanto, encontra dificuldades na manutenção do confronto ocasionado pela falta de combatentes.

Uma vez capturados pelo laço do recrutamento, muitos recrutas brasileiros sem treinamento militar, mas, sobretudo insatisfeitos, desertavam dos campos de batalha paraguaios, deixando o exército nacional desfalcado. Outros se insubordinavam contra seus superiores, tendo como destino a prisão e/ou a morte. Existiam ainda aqueles que simplesmente não tinham condições físicas para empunhar uma arma branca, por causa das doenças oportunistas em decorrência da fome entre a soldadesca. Todas essas dificuldades impediram o andamento pleno das operações militares -fatores que também contribuíram para a longa duração da guerra do Paraguai (CERQUEIRA, 1989).

Essa falta de guerreiros durante a luta, na guerra do Paraguai, é consequência de uma prática comum na época do conflito, no século XIX, no Brasil, o protecionismo regional sobre os homens que deveriam sentar praça nas instituições militares. Esse nepotismo advinha da lei do serviço militar adotada durante o primeiro Reinado.

Tratar-se-á da questão legal em relação ao Serviço Militar Obrigatório nos anos de 1916, isto é, a Lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908, Lei do Sorteio do Serviço Militar Obrigatório que regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Na realidade, a lei de 1908 é uma consequência da Lei nº 2.556 de 26 de setembro de 1874<sup>5</sup>, primeira Lei do Sorteio do Serviço Militar, que será tratada no trabalho. Antes de ser regulamentado o serviço militar, no entanto, existiam outras formas de se compor os efetivos, tanto do Exército como da Armada, no período que antecede as legislações.

Na historiografia brasileira, é possível perceber o tom de grande agressividade por parte das pessoas que tiveram seus parentes recrutados para prestação do serviço militar obrigatório.

<sup>3</sup> “Caçada Humana”, Recrutamento forçado. MENDES, Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar. Artigo. Disponível em: < <http://www.cpdoc.fgv.br>.> Acesso em: 23 Mai. 2016

<sup>4</sup> CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscência da Campanha do Paraguai (1865-1870). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-BIBLIEx, 1980.

<sup>5</sup> BRASIL. Senado Federal. Lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. Disponível em:

< <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action> > Acesso em: 26 mai 2016.



Não posso deixar de descrever, com base nos relatos documentados em obras historiográficas, a realidade social em que se formaram as instituições Armadas do Brasil. Como os indivíduos acabavam se tornando militares numa estrutura arcaica baseada em ensinamentos disciplinares em torno da exploração da dignidade humana.

Percebo, nas leituras descritas, que os quartéis eram espaços sociais de convivência de órfãos, ex-escravos, sedutores, vadios, perversos e ladrões. Com essas características dos elementos que compunham os efetivos do Exército, os filhos de família de classe média e alta não eram incentivados a integrar as fileiras das Armas no país<sup>6</sup>.

O Brasil é um país com extensões continentais e necessita de uma proteção frequente de suas fronteiras desde os tempos de sua colonização. Com isso, percebo que a movimentação logística e operacional para manutenção de seus limites fronteiriços é muito complexa, principalmente no tocante ao contingente humano para a realização de tarefas, tanto de serviços diários como de utilização da força se necessário.

Para chegar à pesquisa de minha principal questão, que é a maneira como era feito o alistamento militar no início do século XX, 1908, terei a necessidade de verificar a origem desse alistamento no Brasil, e como se chegou a um tipo de convocação militar realizada através de um sorteio. Serão notadas na pesquisa as diversas discussões realizadas tanto na câmara federal assim como nos jornais e transcritos em diversos Clubes de intelectuais e Clubes militares.

No início do século, o Brasil vivia uma realidade econômica e social muito distante de outros países, principalmente do mundo europeu, que era um modelo econômico aspirado por outras nações que desejam participar dessa elite capitalista. O Brasil estava construindo uma República que ignorava sua população pobre, porém pretendia ser incluída no grupo das grandes nações. Na obra “Belle Époque Tropical. Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século” de Jeffrey D. Needell, o autor americano faz uma análise sobre o processo de colonização cultural da elite carioca que revela essa realidade histórica.

[...] O governo reafirmou a necessidade da penetração europeia e o seu propósito de encorajá-la. Além de empréstimos e investimentos, incentivou-se a imigração, [...] pois era considerada fundamental para o desenvolvimento nos moldes europeus – o único tipo de desenvolvimento levado em consideração. (NEEDELL, 1995, p.54)

E, nesse contexto, havia uma grande discussão em torno da transformação do homem estigmatizado como “atrasado” detentor de pouco conhecimento técnico em um indivíduo “politicado” e com mais sabedoria “científica” que pudesse levar a nação à prosperidade

---

<sup>6</sup> BRASIL - Relatório do ano de 1840, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão de 1841 pelo Ministro da Guerra, José Clemente Pereira. Disponível em: < <http://brasil.crl.edu/bsb/bsb/hartness/guerra>. > Acesso em: 26 mai 2016.

perante o mundo “considerado” moderno. Nessa discussão, muitos intelectuais concluíram que o caminho dessa “evolução”, que tem o grande objetivo de criar uma imagem de Pátria mãe à sua população, passa pela educação. Conforme explica Patrícia Santos Hansen em sua obra “Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República”. O problema consistia em: como fazer a educação chegar aos mais distantes rincões do país?

A pesquisa conduz à descoberta de que intelectuais como Olavo Bilac<sup>7</sup> e Pedro Lessa<sup>8</sup>, grandes escritores do início do século XX, que produziam obras para jornais e revistas daquele tempo, criticando a realidade do país, entram na defesa da aplicação da Lei do Sorteio do Serviço Militar criando uma liga de nível nacional que será responsável pela elaboração de diversas palestras em inúmeros municípios da nação, conduzindo a ideia da reforma estrutural do Brasil.

Essa reforma teria maior facilidade de acontecer, e com um alcance maior, se houvesse a participação das Forças Armadas como meio de transferência de conhecimento, valores e noções de cidadania, pelo fato de as Instituições Armadas estarem localizadas nos mais distantes locais.

[...] Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao mesmo tempo são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insetos, como as árvores. A maior extensão do território está povoada de analfabetos[...]. Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada. [...] Nunca fui, não sou, nem serei um militarista. E não tenho medo de militarismo político. O melhor meio de combater a possível

---

<sup>7</sup> Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) nasceu no Rio de Janeiro, filho de um cirurgião do Exército. Estudou na Capital e chegou a tentar as faculdades de Medicina e de Direito em São Paulo. Dedicou-se desde cedo ao jornalismo e à literatura. É conhecido principalmente por sua obra poética, mas também produziu contos, crônicas e livros escolares e literatura infantil. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e teve intensa participação na política e em campanhas cívicas, das quais a mais famosa foi a Liga de Defesa Nacional, fundada em 1916, em favor da instrução pública e do serviço militar obrigatório. É o autor da letra do Hino à Bandeira. Em 1891, foi nomeado oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio de Janeiro, e, em 1898, inspetor escolar do Distrito Federal. Foi também delegado em conferências diplomáticas e, em 1907, secretário do prefeito do Distrito Federal. Sua obra poética enquadra-se no Parnasianismo e, de acordo com Alexei Bueno na introdução da *Obra Reunida*, “o ‘caso’ Olavo Bilac, na história da poesia nacional, cobre, ao menos sob o aspecto biográfico, um período de trinta anos, entre a publicação das Poesias em 1888, e a morte de seu autor, em 1918, poucos meses após o fim da Grande Guerra e de todo um período da mentalidade ocidental. O que chamamos de ‘caso’ Bilac, e que se situa na complexa fronteira estético-sociológica, é o do poeta que, em toda a história de nossa literatura alcançou o maior prestígio e a mais alta identificação popular jamais registrada, em plena vida e por um período duradouro” (Bueno 1996: 15). (HANSEN, 2010, p. 49)

<sup>8</sup> Pedro Augusto Carneiro Lessa nasceu na cidade do Serro, província de Minas Gerais, no dia 25 de setembro de 1859, filho do coronel José Pedro Lessa e de Francisca Amélia Carneiro Lessa. Após concluir o curso de humanidades na província natal, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. No segundo ano do curso dirigiu com Alberto Sales e Alcides Lima a folha republicana O Federalista. Colou grau de bacharel em ciências jurídicas em 1883 e apresentou tese de doutorado em 1884. Eleito deputado à Assembléia Constituinte paulista em 1891. A sua atividade profissional foi dedicada exclusivamente ao magistério superior. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1910. Em 1912 tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Presidiu a Liga da Defesa Nacional. Foi casado com Paula de Aguiar. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 25 de julho de 1921. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica.pdf>> Acesso em: 12 out 2016.

supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis [...]. Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de abc e do banho – animais brutos, que homens têm apenas a aparência e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: delas saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da nossa multidão...[...]<sup>9</sup>. (BILAC, 1996, p.912-914)

Uma das alternativas oferecidas foi o serviço militar, pois assim, dois problemas poderiam ser resolvidos, o primeiro teria relação com a renovação dos contingentes das Forças Armadas em um menor espaço de tempo, o segundo problema a ser resolvido tem relação com a formação educacional do homem que seria devolvido à sociedade com outra formação ideológica quanto ao seu país e com uma escala maior de conhecimento intelectual, conforme evidencia a luta de Olavo Bilac descrita na obra de Patrícia Santos Hansen já mencionada acima.

O estigma carregado pelas Forças Armadas de alojar em seus quartelamentos a “escória” da sociedade seria extinto, pois com a criação da Lei do Sorteio do Serviço Militar, participariam todos os jovens do sexo masculino que atendessem às exigências da lei. Com isso, haveria um ambiente de convivência entre pessoas dos mais diferentes locais do país nos alojamentos, o que facilitaria a troca de ideias e conhecimentos entre os jovens incorporados<sup>10</sup>.

A partir da pesquisa, percebo que as razões que levaram a população a episódios de violência em torno da aplicação da lei foram variadas, principalmente quando se analisa as localidades em que ocorreram esses embates. Em uma análise inicial, os episódios de violência decorrem como consequência da maneira pela qual foi imposta a lei no início do século XX.

Conforme exposto anteriormente, a criação da Lei data de 1908, no entanto sua real aplicação foi em 1916. E, nesse período, ocorreram diversos fatos que ocasionaram o adiamento da sua aplicação. O Brasil, durante esse período, dependia muito da economia rural, assim como sua população, em grande parte, vivia nos interiores do país e tinha na

<sup>9</sup> Olavo Bilac, na citação, evidencia sua posição de antimilitarista, deixando claro que ele acreditava, na realidade, no serviço prestado pelas instituições militares para transformação social de indivíduos “brutos” em “verdadeiros brasileiros” no contexto da sociedade de 1908.

<sup>10</sup> A relação construída pela convivência de jovens de diferentes origens é exemplificada na obra “O Recruta” de Olavo Bilac e Coelho Netto publicado em 1904. “[...] principiou a operar-se no seu espírito uma transformação radical. A convivência fazia-o sentir por aqueles homens um afeto de irmão.”

família sua base para sustento. Com essas características sociais nos núcleos familiares, a Lei do Sorteio do Serviço Militar foi recebida com muito desconforto, visto que cada jovem que abandonasse a família para prestar o serviço militar era uma força de trabalho a menos para gerar capital para a manutenção de sua linhagem.

Na pesquisa realizada, busquei descobrir quem eram as pessoas autorizadas a realizar o alistamento dos jovens das diversas localidades. Essas pessoas formavam as juntas de alistamento e tinham, nas suas comarcas, o poder de conduzir os alistamentos da forma que mais lhes agradasse. Outro fato que explica o motivo pelo qual a lei, criada em 1874, não fora aplicada nesse período, faz referência aos inúmeros casos de exceções realizados pelas juntas municipais.

Ainda nessa monografia, farei uma análise das opiniões e razões que fizeram com que essa Lei, novamente em 1916, não tenha sido aplicada como estava nela previsto. Analisarei os textos de protesto feitos por movimentos anarquistas durante esse período, que iam na contra mão do que descreviam os intelectuais e políticos da época. Assim como foi criada nesse período a Liga da Defesa Nacional (LDN)<sup>11</sup> para a realização de uma campanha nacionalista, que discursava em torno da positividade da aplicação da lei do alistamento militar, também fora criada pelos movimentos contrários ao serviço militar a Liga Antimilitarista Brasileira (LAB)<sup>12</sup>, que fazia propaganda em torno da negatividade do serviço militar obrigatório, relacionando o fato ao retorno da escravidão.

Farei uma pesquisa sobre o momento político, social e econômico que vivia o Brasil durante as duas tentativas de aplicação da Lei do Sorteio do Serviço Militar, assim como a origem dessa obrigatoriedade no país durante o primeiro reinado. A forma pela qual era feita a caçada às pessoas no interior do Estado para suprir as necessidades de efetivo nos quartéis.

Existe também a necessidade de se mensurar a atuação do Exército nesses dois momentos históricos do Brasil, bem como suas práticas de aplicação e manutenção da disciplina. A conveniência na aplicação de castigos físicos como forma de educar pessoas pobres e

---

<sup>11</sup> LDN (Liga da Defesa Nacional), Associação civil fundada em 7 de setembro de 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros. Seu objetivo central, de acordo com os estatutos de 1916, era congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes, difundindo a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098>>. Acesso em: 13 out 2016.

<sup>12</sup> LAB (Liga Antimilitarista Brasileira), criada pela Federação operária do Rio de Janeiro, no dia 19 de janeiro de 1908, tinha o objetivo resistir ao alistamento militar. Em seu programa afirmava: Sorteio é a volta da escravidão e é inconstitucional. A guerra é um sentimento repulsivo. [...] A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas [...]. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098>>. Acesso em: 13 out 2016.

marginalizadas durante a criação da primeira lei do serviço militar em 1874 até meados do início do século XX.

Por fim, esse trabalho tem como objetivo descrever a formação das unidades militares com relação a seus efetivos e permanência desses contingentes no território nacional. Demonstrar a realidade de jovens que, ao entrarem numa instituição degradante para as baixas patentes, perdiam sua liberdade e também sua dignidade humana.

A pesquisa será feita com base nos seguintes jornais: Jornal do Ceará (CE), Correio da Manhã (RJ), Jornal do Brasil (RJ), A Notícia (RJ), Correio da Manhã (RJ), O Estado de São Paulo (SP), Gazeta de Notícias (RJ), nas revistas O Malho (RJ) e revista Tico Tico (RJ) de 1908 a 1916 e também em teses acadêmicas relacionadas ao assunto discriminadas nas referências bibliográficas.

O trabalho será composto de três capítulos, introdução e conclusão. O primeiro capítulo trata do alistamento militar: breve análise historiográfica; o segundo capítulo faz referência aos defensores, opositores e à aplicação da Lei n. 1.860 de 4 de janeiro de 1908 (Lei do Alistamento e Sorteio do Serviço Militar Obrigatório); o capítulo três versa sobre o alistamento militar no início do século XX.

## **CAPÍTULO 1 – ALISTAMENTO MILITAR: ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA**

Estudando a historiografia brasileira conseguimos apurar que existem diversas obras e autores que tratam sobre a maneira como era feito o alistamento no início da República, com a leitura de alguns pesquisadores como Celso Castro, Patricia Hansem, Bruno Torquato, Fábio Farias Mendes, assim como na análise da obra de Olavo Bilac considerado o patrono do Serviço Militar, poderemos ter uma noção de como era feito o sorteio do alistamento militar, no final do século XIX e início do século XX.

Durante o início do século XX, no Brasil, ainda estava se formando uma ideia de República e, com isso, várias instituições nacionais desejavam uma reforma em suas estruturas. Os republicanos tinham a necessidade de fazer com que as pessoas sentissem admiração, orgulho pela nação. O Brasil possuía, em meados do início dos anos 1900, uma economia estritamente rural e uma população que vivia, em grande número, no interior do país com “estimativa de 75% de analfabetos e sem uma política efetiva para a promoção da instrução primária”. (HANSEM, 2007, p. 11)

Dentro dessa realidade, o Exército Brasileiro existia como uma instituição arcaica, porém seus membros que foram fundamentais para depor o imperador tinham ideias de mudança de pensamento, estrutura e valorização, adquiridos principalmente após a guerra do Paraguai, como se percebe na obra, publicada em 2009, de Renato Lemos “A alternativa republicana e o fim da monarquia”. No entanto, sua ideologia e sua ânsia de transformação em relação ao alistamento militar foram pouco significativos no início do período republicano, tendo em vista que o sistema de incorporação nas fileiras das Forças Armadas dos militares de menor grau hierárquico continuou sendo da mesma forma que no período Imperial. Entretanto, o Exército tinha uma grande aspiração por mudanças, que para seus Oficiais era de extrema importância e ampla necessidade, pois atingiria o complemento necessário para suprir a falta em seu efetivo. Todo esse acréscimo se fazia imprescindível, devido às mudanças acontecidas nos exércitos da Europa, que já possuíam uma reserva formada desde o século XIX, e o Brasil ainda estava vivendo a realidade do século anterior que era uma formação de contingente através da “caçada humana”, ou seja, o recrutamento forçado. (MENDES, 1999, p. 268)

Em 1906, um projeto de lei é apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Alcindo Guanabara do Rio de Janeiro e publicado pelo “Jornal do Brasil” na sua edição de número 253, de 10 de setembro deste mesmo ano, faz referência à necessidade de reformulação das Forças Armadas nacionais:

[...]Não, de certo: porque o projecto relativo ao sorteio militar, ora dependente da aprovação do Senado, crea o Exercito territorial e a defesa marítima sobre bases solidas, tornando estas instituições capazes do completo desempenho de sua missão em caso de guerra: pois disporão de praças instruídas, que passaram pelo Exercito activo. Armada e respectivas reservas, onde permaneceram durante sete annos consecutivos, obrigados a exercícios de duração variavel<sup>13</sup>[...].

Também foram enumerados, em 1907, diversos argumentos a favor de uma lei que mudaria a realidade das Forças Armadas do país, assim ocorreria uma inserção do Brasil no grupo das nações “mais civilizadas”<sup>14</sup> que já haviam adotado esse sistema de serviço militar obrigatório. O “Jornal do Brasil” publica na edição de número 124 de 4 de maio de 1907 a solicitação das instituições militares a respeito da necessidade de colocá-las em condições de satisfazerem suas missões de ordem de defesa nacional.

O governo tem prestado a mais solícita atenção a tudo quanto diz respeito ás nossas instituições militares de modo a collocar-as em condições de satisfazer a sua nobre e patriótica missão. Meus antecessores têm por vezes chamado a vossa atenção para a necessidade fundamental de organizar o sorteio militar de accordo com o preceito constitucional<sup>15</sup> [...].

Em 1908, o Exército realiza uma manifestação de “regozijo” pela decretação da lei que reorganiza o Exército Nacional<sup>16</sup>. O “Jornal do Brasil” faz referência a esse fato na sua edição de número 1 de 1 de janeiro de 1908, onde relata que foram dados presentes aos elementos que lutaram pela promulgação da lei como o estadista Dr. Affonso Penna, Presidente da República e ao Sr. Ministro da Guerra Hermes da Fonseca.

A lei 1860 de 4 de janeiro de 1908, era uma aspiração desde o tempo do Império do Brasil, inspirada na lei 2556 de 26 de setembro de 1874, demonstra uma ambição antiga dos militares referente à mudança no sistema de alistamento militar.

Neste capítulo, procurei demonstrar o interesse das Forças Armadas em mudar sua forma de recrutamento perante a sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX. Foi analisada a opinião de diversos intelectuais deste período sobre o objetivo das instituições bélicas. No entanto, depreende-se que as tentativas de mudança, com a criação de duas leis em épocas diferentes, sofreram grande resistência da população para sua execução.

<sup>13</sup> JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. ed: 253, set., 1906.

<sup>14</sup> “MAIS CIVILIZADAS”, eram consideradas os países desenvolvidos da Europa, França, Alemanha e Inglaterra, que serviam de modelo para o Brasil. (CASTRO, 2006, p. 2)

<sup>15</sup> JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. ed: 124, mai., 1907.

<sup>16</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>>Acesso em: 26 mai 2016

A lei 2556 de 4 de janeiro de 1874, foi considerada uma “letra morta”, por nunca ter sido executada. Sofreu acentuada resistência por parte do movimento popular denominado os “rasga-listas” que tinha o objetivo de acabar com a “caçada humana”, ou recrutamento forçado, embora não tenha conseguido. No entanto, trinta e quatro anos depois, já no período republicano, a lei de número 1860 de 4 de janeiro de 1908 reacende a discussão, porém novamente sofre forte resistência por um longo tempo. Só em 1916 é executado o primeiro sorteio do serviço militar obrigatório.

### **1.1) ENTENDIMENTO SOBRE A LEI Nº 2.556 DE 26 DE SETEMBRO DE 1874**

Já em 1874, o Governo Imperial, os Oficiais do Exército e da Armada tentaram mudar a realidade do serviço militar obrigatório e assim alterar a formação da reserva militar do país. Inicialmente o novo sistema acabaria com o recrutamento forçado, que era abominado pela sociedade da época. Essa forma de recrutamento advinha da época da colônia, trazida da Europa desde o Antigo Regime<sup>17</sup>.

A Lei 2556 de 26 de setembro de 1874, aprovada pelo Decreto 5881 de 27 de fevereiro de 1875, regulamentava o modo e as condições do recrutamento para o Exército e a Armada brasileira<sup>18</sup>. A lei permitia, em tempo de paz, tanto a substituição quanto a comutação pecuniária e tem origem na Europa, quando em 1870-1871 a Prússia venceu a França na guerra, cujo fator decisivo foi a formação de uma reserva numerosa baseada no alistamento militar obrigatório e essa ideia transferida para o Brasil (CASTRO, 2006, p.1). Durante o período em que se tentou aplicar, a lei ficou conhecida como “lei Cumbuca”<sup>19</sup>, conforme explica o historiador Fábio Faria Mendes.

A mudança no sistema de alistamento militar defendida pelo Império substituiria a “caçada humana” do “recrutamento forçado por uma forma mais racional e equitativa do serviço das armas” (MENDES, 1999, p.268), nota-se que a lei faz um discurso que traria um viés de humanidade para a população incorporada nos contingentes militares, “A nova lei aboliu os castigos corporais no Exército e extinguiu as posições de cadetes e camaradas. Buscando tornar mais suave e atrativo o serviço das armas, [...]”. (MENDES, 1999, p.1). Mesmo com uma tentativa de racionalização isso não aconteceu na vida prática, pois continuava sendo

---

<sup>17</sup> Tese de Bruno Torquato Silva Ferreira, “CIDADÃOS, ÀS ARMAS!”: A INTRODUÇÃO DO SORTEIO MILITAR NO ESTADO DE MATO GROSSO (1908-1932)

<sup>18</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>> Acesso em: 26 mai 2016

<sup>19</sup> Por que “[...] A lei do sorteio rompia expectativas tradicionais quanto à forma e aos objetivos do recrutamento, introduzindo novos elementos de incerteza[...]” MENDES. Fábio Faria. A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)> Acesso em: 07 jun 2016.



recrutada pelas Forças Armadas a população composta por ex-escravos, vadios, presidiários e também jovens que estivessem em praça pública no final do século XIX.

Tal menção pode ser verificada conforme o trecho a seguir, relatado na obra de Hendrik Kraay, “Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial”. Nela percebe-se que para apresentar pessoas disponíveis à formação dos militares de baixa patente, bastava o subdelegado dar ordem para uma patrulha sair à rua e resgatar “voluntários”:

Talvez o furriel Wenceslau Martins Leal tenha compreendido mal as ordens recebidas de seu superior hierárquico, mas seu erro maior foi, na verdade, cumpri-las à risca. Com seu destacamento do 16º Batalhão de Infantaria, apresentou-se às 19 horas ao subdelegado da freguesia de São Pedro na cidade de Salvador e recebeu ordem de prender e levar ao forte todos os indivíduos que encontrasse com aparência de andadores, pois se tratava de recrutamento forçado. O subdelegado não determinou o número de homens a serem recrutados e indicou os melhores lugares para encontrar tais “vagabundos” (...) Wenceslau concluiu que tinha competência ilimitada para mandar dez soldados cumprirem a “ádua tarefa”. Durou apenas uma hora. No primeiro arrastão, prenderam 35 homens, no segundo. Mais 17. (...) O Oficial do dia começou a desconfiar do grande número de presos que estavam chegando ao forte. Procurou o subdelegado, que negou ter emitido tais ordens, e soltou os presos<sup>20</sup>. (KRAAY, 1999, p. 114)

O procedimento acima descrito pelo autor, Hendrik Kraay, não era ilegal, pois contava com o entendimento das autoridades baseado na Constituição Imperial<sup>21</sup>, sendo uma prática rotineira do Império do Brasil que mantinha a população sujeita ao recrutamento numa constante angústia, já que se fazia presente a dúvida incessante a respeito de quem seria o próximo recrutado. Os responsáveis pelo alistamento podiam recrutar quantos indivíduos lhes fossem convenientes.

A junta de alistamento para sorteio do serviço militar funcionava nas paróquias dos municípios responsáveis pelo alistamento e a composição era de um Juiz de paz, que era o presidente, uma autoridade policial mais graduada e o pároco, conforme o parágrafo primeiro do artigo segundo da lei 2556 de 1874<sup>22</sup>.

No estudo do alistamento militar obrigatório brasileiro percebe-se que houve, tanto no tempo do Brasil colônia, quanto no tempo do império “[...] uma guerra de interesses distintos na formação das tropas militares do país, pois havia os que queriam o maior número de

<sup>20</sup> KRAAY, Hendrik. Repensando o Recrutamento Militar no Brasil Imperial. Disponível em: <[http://www.academia.edu/14192827/Repensando\\_o\\_recrutamento\\_militar\\_no\\_Brasil\\_imperial](http://www.academia.edu/14192827/Repensando_o_recrutamento_militar_no_Brasil_imperial)> Acesso em: 19 ago 2016.

<sup>21</sup> BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824. Disponível em: <[www.geocities.com/jssource](http://www.geocities.com/jssource)> Acesso em 19 ago 2016.

<sup>22</sup> BRASIL. Senado Federal. Lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56717&norma=72568>> Acesso em: 28 ago 2016.

peças recrutadas, outros que, a qualquer custo, queriam fugir do recrutamento, assim como aqueles que viam no recrutamento uma forma de se ver livre, como alguns escravos”<sup>23</sup>. (MENDES, apud, ZIMMERMANN, 2011, p.2)

Após a aprovação e com a intenção da aplicação da lei pelo Império, assim como a formação das listas que começam a ser executadas nas paróquias, prolifera uma reação muito forte da população contra a execução dessa lei e o movimento que hora se inicia será conhecido como os “rasgas- listas” composto por pessoas das comunidades contra a intenção do Império em decretar a lei. A população de diversas localidades do Brasil investiu contra as juntas, destruindo os documentos do alistamento. Essa atitude do povo, principalmente na província de Minas Gerais, fez com que o Governo recuasse na implantação da Lei por diversos anos, pois todas as tentativas eram acometidas por investidas do movimento popular contrário à aplicação<sup>24</sup>.

O movimento fazia oposição à aplicação da lei por entender que o governo estava capturando seus filhos e os transformando em escravos das Forças Armadas, pois retirava da população livre a opção de escolha e a submetia a uma situação de cativos, já que, nos quartéis, se sabia que a vida era baseada em trabalhos forçados, castigos físicos e uma disciplina rigorosa e brutal, isto significava para o cidadão comum que o Governo Imperial estava tiranizando-o<sup>25</sup>.

Os diversos relatos pesquisados evidenciam a agitação das pessoas contra a atividade das juntas do sorteio militar:

(...) “não queriam aquella ley que lhes vinha arrebatat seus filhos que tinha custado criar”, pois que “alforriam nossos escravos e querem captivar-nos com a ley cumbuca”, “viva a liberdade, morra a escravidão, não queremos a lei do sorteio, lei do cativo para os nossos filhos”. (Annaes da Assembléia Provincial de Minas Geraes. 1876. Ouro Preto)

O que provocava muita insegurança na população em relação à aplicação dessa lei era a confiabilidade, pois durante as discussões no parlamento, é perceptível a possibilidade de manipulação por parte das juntas e o modo como elas executariam a produção das listas. Outro problema de teor decisório na aplicação do sorteio era o fato de o Estado, que sempre esteve distante, neste momento tentar fazer parte das diversas sociedades municipais,

---

<sup>23</sup> MENDES, Fábio Faria. O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997

<sup>24</sup> MENDES, Fábio Faria. O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997. p. 268

<sup>25</sup> Ibidem.

quebrando uma dinâmica de laços que existia no mundo dos mais pobres. Essa prática comum proporcionava a possibilidade de proteção entre os membros daquela sociedade com relação a “caçada humana”, a partir desta lei, se tornavam difíceis tais ações. Conforme se pode inferir na análise feita pelo chefe de polícia da província de Minas, no texto abaixo:

Desde que o povo, em sua maior parte quasi ignorante, e que muito difficilmente poderá comprehender, e até mesmo ler e conhecer esta lei, está imbuído na idéia de que é péssima, de que esta lei, em vez do recrutamento, que era feito pelas autoridades e recahía sobre um ou outro desordeiro da localidade, o faz recahir actualmente sobre os filhos do grande e do pobre, e que portanto, não há meios de recorrer aos matos e de fugir da localidade onde se é perseguido; desde que o povo entende que a lei é péssima, que não há meio de fugir dela, e que o remédio é por embaraço à sua execução, elle assim o faz, ainda mesmo à custa do derramamento de seu sangue e da sua própria vida. (Annaes da Assembleia Provincial, 1876:308)

Apesar de todas as discussões e tentativas de aplicação da lei do sorteio militar pelo Estado Imperial, a população não aceitou o que considerava uma tirania do Governo em surrupiar a estrutura de suas famílias, mesmo que a explicação discorresse sobre um alistamento mais uniforme. Por isso, a “lei cumbuca” nasceu como “letra morta”.

## 1.2) ENTENDIMENTO SOBRE A LEI Nº 1.860 DE 4 DE JANEIRO DE 1908

A lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908, é uma nova tentativa de modernizar as Forças Armadas, porém agora em outra época, com outros objetivos e com uma realidade mundial diferente. O mundo está vivendo o fantasma de uma possível Grande Guerra e, nesse contexto, o Brasil; assim como em outros países, necessita criar um sentimento de nacionalismo, amor à pátria. Eric Hobsbawm aborda o elo “escola e serviço militar”, como instituições capazes de gerar uma ideia de nação estado.

A escola e o serviço militar ensinaram os italianos a compreender, se não a falar, a língua “nacional” oficial, e o exército fez do espaguete, anteriormente prato regional do sul empobrecido, uma instituição de toda a Itália. No que tange à população civil, o colorido espetáculo público da exibição militar foi multiplicado para seu divertimento, inspiração e identificação patriótica: paradas, cerimônias, bandeiras e música. O aspecto mais familiar dos exército será provavelmente a onipresente banda militar, sem a qual era difícil imaginar os parques e os festejos públicos<sup>26</sup>.

Uma apresentação do Deputado Alcindo Guanabara<sup>27</sup>, no Congresso, reacende a discussão em torno do alistamento militar e da reestrutura do universo militar do Brasil que, segundo ele, está cada vez mais aquém das principais Forças Armadas da Europa. Porém, a resistência já se inicia logo após seu discurso na mesma sessão.

<sup>26</sup> HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914). Rio de Janeiro, 2005, p.421.

<sup>27</sup> Alcindo Guanabara in Artigos de apoio em linha. Porto: Porto Editora, 2003-2016. consulta. 06 set 2016. Disponível em: < <https://www.infopedia.pt/alcindo-guanabara> > Acesso em: 12 set 2016

A nova lei do serviço militar foi aprovada somente quinze meses após iniciadas suas discussões no Congresso Nacional, em 4 de janeiro de 1908 e era composta segundo o artigo Art. 41:

As juntas de alistamento serão compostas de dous officiaes de 1ª linha, reformados, ou ainda da reserva, no exercito de 2ª linha ou honorarios, nomeados pelo commandante do districto militar a que pertencerem, ou inspector permanente, e do chefe do poder executivo municipal. Estas juntas escolherão e seu presidente e secretario dentre os respectivos membros<sup>28</sup>. (LEI ORIGINAL)

#### Parapho unico.

No Districto Federal e nos municipios em que tiverem de funcionar diversas juntas de alistamento, o chefe do poder executivo municipal indicará os vereadores ou intendentes que farão parte das mesmas e, na falta destes, os funcionarios municipaes que os deverão substituir<sup>29</sup>. (LEI ORIGINAL)

Essa lei também sofre grande represália por parte da população e imprensa, através dos jornais, assim como de entidades operárias que entram em um enfrentamento com a classe política criando uma “Liga Antimilitarista”. Houve, da mesma forma, diversas manifestações públicas durante as confederações operárias e anarquistas do período de 1908, conforme elenca Celso Castro em seu texto “Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945)”.

A lei do sorteio do serviço militar cria protestos de todos os segmentos da sociedade com o apoio das classes política e cultural do país que se reunirão à nível nacional e criarão a “Liga de Defesa Nacional”. Essa liga contará com a participação dos indivíduos letrados do Brasil, escritores, advogados e políticos.

Fica evidente, nessa disputa sobre a aplicação da lei do sorteio do serviço militar, a luta de classes empreendida através dos meios de comunicação e nos discursos durante as convenções e reuniões dos sindicatos do período de 1908. Depreende-se, durante a pesquisa, que cada lado da disputa partirá para a barganha de pessoas que defendam sua visão no contexto social para aplicação da lei. Convém salientar que a lei n. 2556, de 26 de setembro de 1874, citada anteriormente, previa sorteio do alistamento militar, porém devido ao surgimento de vários movimentos populares contrários à sua realização, não foi executada, ficando conhecida no período do final do século XIX como letra morta. Portanto, não houve sorteio até 1916 e nenhuma lei a ser cumprida nesse sentido. Até então, se fazia o alistamento da

<sup>28</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>> Acesso em: 12 set 2016

<sup>29</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>> Acesso em: 12 set 2016

mesma forma que no período Imperial. A Lei de 1908, executada em 1916, trouxe de fato o primeiro sorteio do alistamento militar.

Numa época em que um dos discursos mais correntes da classe política, empresarial e intelectual do Brasil era a ratificação da República em todos os rincões do país, o serviço militar surge como um viés de oportunidade no que se refere à transmissão dessas ideias e conhecimentos para as classes menos favorecidas, bem como a difusão da educação para todos, por intermédio das Forças Armadas.

Olavo Bilac em sua obra “A Defesa Nacional”<sup>30</sup>, menciona o problema da ignorância da população, com um questionamento sobre a existência de cidadãos nessa terra.

No Brasil, quantos verdadeiros cidadãos, neste limitado e rigoroso sentido, existirão? Nem façamos o cálculo! Para que nos encha de tristeza e de terror o espetáculo moral da nossa educação, basta que verifiquemos a formidável percentagem dos nossos ‘não-homens’, dos nossos analfabetos e inconscientes.[...] (BILAC, 1917, p. 136)

No texto acima descrito o questionamento de Olavo Bilac refere-se a um Brasil do início do século XX, que não possui uma estrutura educacional para atender seus habitantes e transmitir, segundo o autor, uma ideia de pátria que para ele está relacionada à existência de “consciência, coesão e disciplina”. (BILAC, 1917, p. 135)

### 1.3) A FORMAÇÃO REPUBLICANA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Brasil de 1908 encontra-se inserido em uma realidade muito distante da Europa no que se refere ao desenvolvimento cultural, econômico, político de sua população. Seu desenvolvimento se dá de forma muito lenta, conforme as palavras de Manoel Bonfim:

[...] Efetivamente, os povos sul-americanos se apresentam, hoje, num estado que mal lhes dá direito a ser considerados povos civilizados. Em quase todos eles, em muitos pontos do Brasil inclusive, a situação é verdadeiramente lastimável. Nações novas deveriam progredir como cem, enquanto as antigas e cultas progridem como cinquenta; só assim lograriam alcançá-las e gozar todos os benefícios que se ligam às civilizações adiantadas. No entanto, marcham lentamente, como dez, isto é, retardam-se, distanciam-se cada vez mais da civilização moderna. [...]. (BOMFIM<sup>31</sup>, 1903, p. 15)

<sup>30</sup> A defesa nacional, publicação dos discursos realizados por Olavo Bilac em 1917 em defesa do sorteio do alistamento militar.

<sup>31</sup> Manoel Bomfim (1868-1932) nasceu no Sergipe, filho de uma família de proprietários de engenho. Fez faculdade de medicina e concluiu seus estudos no Rio de Janeiro em 1890. Casou-se e mudou para o interior de São Paulo onde montou uma clínica. Após a morte de uma filha abandonou a medicina e retornou ao Rio de Janeiro, passando a dedicar-se integralmente à educação. Foi diretor da Escola Normal, onde também atuou como professor de Educação Cívica, diretor da Instrução Pública Municipal, da Instrução Pública do Distrito Federal e do *Pedagogium*. Foi também um dos fundadores da revista *O Tico-Tico* e escreveu diversos livros de

É possível depreender da pesquisa de Olavo Bilac, Coelho Neto<sup>32</sup>, Manoel Bomfim e Julia Lopes de Almeida<sup>33</sup> que o Brasil, do início do século XX, necessitava transmitir a noção de República à população, assim como instigar o amor à pátria. Os intelectuais transformam em ações seus projetos para a formação de brasileiros, pois nessa época, o país era formado por uma grande população rural e de ex escravos que não possuíam conhecimento formal e uma economia agrícola que se baseava na individualidade e na localidade a qual pertenciam.

Patrícia Hansen<sup>34</sup> no seu trabalho científico evidencia que o Brasil do início dos anos 1900 “ainda é um país onde tudo ainda está por fazer”. Dentro das necessidades mais urgentes do país, estava o nascimento de uma ideia de pátria, civismo, nação e cidadão. Essas aspirações são percebidas pelos intelectuais da época que empreendem uma campanha de construção de ideal de república através da inserção da educação na infância. Dentre eles, podemos citar Lopes Trovão:

[...] são chegados os tempos de prepararmos na infância a célula de uma mocidade melhor, a gênese de uma humanidade mais perfeita. [...] Por isso, senhores, como recurso supremo, eu me volto para a infância – os pequeninos de hoje que serão os grandes de amanhã; é nela que ponho as esperanças da grandeza do atual regime pela regeneração da pátria. [...] Temos uma pátria a reconstruir, uma nação a firmar, um novo a fazer... e para empreender essa tarefa, que elemento mais útil e moldável a trabalhar do que a infância?!...No momento atual da civilização humana vós convireis que é permitido ao Estado dilatar um pouco mais a sua força de expansão, no nosso país, sobretudo avassalado como vai pelas demasias desaforadas da licença...[...]

Lopes Trovão<sup>35</sup>

---

pedagogia, educação, psicologia, manuais escolares e ensaios de caráter histórico e sociológico. (HANSEN, 2010, p. 46)

<sup>32</sup> Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) nasceu em Caxias no Maranhão. Era filho do português Antônio da Fonseca Coelho e da Índia Ana Silvestre Coelho. Estudou no Externato do Colégio Pedro II. Tentou a Faculdade de Medicina, mas logo desistiu. Concluiu os estudos jurídicos em 1885. Casou-se com Maria Gabriela Brandão com quem teve 14 filhos. Foi professor, político, romancista, contista, crítico, teatrólogo, memorialista e poeta. Em 1928, foi eleito Príncipe dos Prosadores Brasileiros, num concurso realizado pelo O Malho. Participou da Liga da Defesa Nacional. (HANSEN, 2007, p. 45)

<sup>33</sup> Júlia Valentina da Silveira Lopes de Almeida (1862-1934) nasceu na então Província do Rio de Janeiro, filha do Dr. Valentim José da Silveira Lopes, professor e médico, depois Visconde de São Valentim, e de D. Adelina Pereira Lopes. Sua produção literária abarca mais de 40 volumes de romances, contos literatura infantil, teatro, jornalismo, crônicas e obras didáticas. Disponível em: [http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf\\_revistas/mendonca.pdf](http://www.letras.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/mendonca.pdf). Acesso em 28 set 2016

<sup>34</sup> Hansen, P. S. (2007). Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. (Tese de Doutorado, sem publicação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>.> Acesso em 16 mai 2016.

<sup>35</sup> José Lopes da Silva Trovão, filho de José Maria dos Reis Lopes Trovão e Maria Jacinta Lopes Trovão, formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, tendo sido diplomata e eleito deputado federal para mandatos entre 1891 e 1894 e, posteriormente, senador da República entre 1895 e 1902. Foi um dos propagandistas republicanos mais ativos, e ardente abolicionista, atacando a estrutura do Império do Brasil até sua queda em 1889. Foi editor da Gazeta da Tarde e também do jornal O Combate, além de colaborar na Galeria

A formação de indivíduos que, no futuro, vissem o Brasil como pátria foi delegada ao ensino da educação cívica, pois no entendimento de intelectuais do início do século XX acima citados, essa seria uma forma eficiente de formação de cidadãos patriotas. A partir do momento em que as pessoas tivessem entendimento acerca do lugar onde vivem e da importância da terra em que produzem suas riquezas, passariam a sentir amor à República e compreenderiam valores como a obediência às regras e o cumprimento de seus trabalhos em função do progresso da nação.(HANSEN,1997,p. 43)

Para os indivíduos que conduziam o ideal republicano no início dos anos de 1900, a criança representa a figura transformadora, logo ela passa a ser vista como “ser” que possui a responsabilidade de salvar a nação, descritos pela revista (O Tico-Tico, 1906, n 36), como “pequenos homens”, “futuros salvadores da pátria”.

Olavo Bilac direcionará suas obras para uma valorização da criança como indivíduo de responsabilidades com o país. Esse dever será transmitido desde muito cedo através da orientação sobre suas obrigações e comprometimento. As obras do autor são repletas de narrativas que pregam o civismo e patriotismo, assim como o desenvolvimento de modelo de “heróis”. Nessa didática de transmissão de conhecimento através da leitura, percebe-se a melhor maneira de se apresentar a realidade, objetivo principal na conjuntura dos intelectuais de 1908.

Revistas e jornais como “O malho” e “Tico-tico”, alavancam uma campanha de transformação de uma sociedade arcaica com seções direcionadas ao público infantil masculino. Como era comum na época, nem todas as crianças teriam direito ao acesso ao aprendizado e transformação de seu pensamento cívico patriótico. Inicialmente, somente crianças brancas, do sexo masculino, com uma média de 12 anos, oriundas de famílias com determinada posse ou alguma influência familiar local e que já soubessem ler. Assim, teriam já na sua origem genética e social, a obrigação de dar continuidade à defesa da República e ao amor à Pátria herdados de seus pais. (HANSEN, 1997, p. 190)

Os discursos difundidos em revistas e jornais da época ocorrem também em virtude dos relatos oriundos da Europa em relação à Primeira Guerra Mundial, por manifestarem uma ideia do amor à pátria que traria como consequência um sentimento de defesa da nação quando necessário. Com base nesse entendimento, Olavo Bilac diz:

Falando-vos, meus amigos, não falo já a crianças, mas aos homens que deveis ser. Nesta crise perigosa da formação do Brasil, é preciso que a vontade, a seriedade e a atenção já estejam dominando os espíritos das crianças. A tarefa é imensa e urgente, [...], e que na inocência do menino já se afirme a energia do cidadão.[...] guardai estas palavras, como lembrança de um homem que nunca teve descrença e nunca desesperou do futuro do Brasil. [...] Crianças, sede homens desde já! O Brasil precisa de almas puras como as vossas. Entre os vossos estudos e os vossos brincos, pensai sempre que sempre deveis ser fortes, bons, alegres, confiantes na vossa terra, - e apaixonadamente brasileiros! (BILAC, apud, HANSEN, 1997, p. 33)

Nas palavras de Bilac, fica evidenciado que ele não pensa nas crianças como seres frágeis e sim como cidadãos que são capazes de defender sua pátria e que amam sua nação. O poeta diz que sempre acreditou no futuro do Brasil, pois sua vontade esteve acima da descrença da realidade política brasileira.

Segundo Patricia Hansen, a construção do ideal republicano não disponibiliza espaço para a mulher. Nos jornais e revistas, as publicações direcionadas às meninas faziam referência à valores voltados à maternidade, a como cuidar dos futuros guardiões da República. A família deve ser a base e a mãe respeitada e amada acima de todos, logo uma ligação feita nessa ideologia de construção de nação cívica, seria a imagem da mãe Pátria, respeitada no mesmo nível que a própria mãe do indivíduo.

[...] Sobretudo nunca retires os olhos do céu sob o qual nasceste nem desprezes a terra em que ensaiaste os primeiros passos; ela é mais do que tua mãe, é Mãe da tua raça, é o seio que alimenta, é o ventre que devora – é o prado e é o cemitério, para que bem a sirvas e dela tudo mereças basta que sejas digno. (NETTO, apud, HANSEN, 1997, p. 94)

O autor ratifica o conceito de comparação da pátria com a mãe, a ideia de pátria mãe, local que a criança deve respeitar e amar como uma representação materna. O cidadão terá tudo que merecer, desde que honre sua nação.

No presente capítulo, abordou-se o dualismo entre o serviço militar e a educação como forma de retirar 75% da população da total “escuridão intelectual” transmitindo, através das Forças Armadas, conhecimento para o povo e assim oportunizando a essas pessoas a aquisição do conhecimento técnico e, principalmente, a possibilidade da tomada de consciência de que o Brasil é sua pátria, pela qual devem ter um sentimento de amor e reconhecimento.



## **CAPÍTULO 2 – DEFENSORES E OPOSITORES DA LEI Nº 1.860 DE 4 DE JANEIRO DE 1908**

### **2.1 DEFENSORES:**

No início do século XX, havia uma grande preocupação com a educação cívica, principalmente das crianças, mas essa apreensão foi gradativamente transferida aos adultos, em especial aos pertencentes às comunidades localizadas nos diversos rincões do país.

Nessa época, diversos intelectuais se empenharam nas discussões em torno da transmissão de um conhecimento que atingisse a todos da nação. Paralelamente, nos quartéis, uma outra discussão tomava forma, tendo em vista a grande guerra, da qual os meios de comunicação publicavam as primeiras notícias a respeito no Brasil, vindas do Velho Continente. Portanto, a preocupação estava no efetivo de nossas Forças Armadas, principalmente na reserva que seria necessário recrutar e que, no entanto, não existia. Então, sob o ponto de vista das autoridades militares, se o Brasil fosse atingido pela guerra, de alguma maneira, acabaríamos tendo que ser defendidos por mercenários estrangeiros que estariam lutando por dinheiro e não pela nação que não lhes pertencia, fato que não era recomendável desde Maquiavel.

Digo, pois, que as armas com que um príncipe defende o seu estado, ou são suas próprias ou são mercenárias, ou auxiliares ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas e, se alguém tem o seu Estado apoiado nas tropas mercenárias, jamais estará firme e seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, indisciplinadas, infiéis; galhardas entre os amigos, vis entre os inimigos; não têm temor a Deus e não têm fé nos homens, e tanto se adia a ruína, quanto se transfere a assalto; na paz se é espoliado por elas, na guerra, pelos inimigos.[...] Querem muito de teus soldados enquanto não estás em guerra, mas quando surge, querem fugir ou ir embora. [...] Os capitães mercenários ou são homens excelentes, ou não: se o forem, não podes confiar, porque sempre aspirarão à própria grandeza, abatendo a ti que és o seu patrão, ou oprimindo os outros contra tua vontade; mas se não forem grandes chefes, certamente te levarão à ruína.[...] (MAQUIAVEL<sup>36</sup>, 1513, p.44-45)

Podemos perceber no trecho da obra de Maquiavel, “O Príncipe” acima citado, dentre outros aspectos, que o autor faz referência à autonomia do Estado através de suas Forças Armadas, pois sendo essas possuidoras de uma força combativa capaz de proteger seus governantes e sua população, certamente levará à “glória” sua pátria.

No período que antecede o ano de 1908, no entanto, as Forças Armadas não possuíam como principal objetivo a atuação em guerras, mas se propunham também a atuar em tarefas

---

<sup>36</sup> Nicolau Maquiavel foi um importante historiador, diplomata, filósofo, estadista e político italiano da época do Renascimento. Nasceu na cidade italiana de Florença em 3 de maio de 1469 e morreu, na mesma cidade, em 21 de junho de 1527. Maquiavel desde cedo se interessou pelos estudos. Aos 29 anos de idade, ingressou na vida política. Em 1513, escreveu sua obra mais importante e famosa “O Príncipe”. Nesta obra, Maquiavel aconselha os governantes como governar e manter o poder absoluto. Disponível em: <<http://nc-moodle.fgv.br/cursos/centrorec/pag/biografias/nicolaumaquiavel.htm>> Acesso em: 8 out 16.

de socialização e ocupação do território nacional com o intuito de nacionalizar as pessoas dos rincões mais distantes do país.

Olavo Bilac é o intelectual que se destaca na defesa da ideia de que as Forças Armadas são um poderoso instrumento para que a educação chegue aos locais mais distantes do país, já que, com o preenchimento do efetivo militar, os quartéis passariam a ser locais de acesso da grande massa de jovens rapazes à educação, pois essas instituições se faziam presentes na realidade do Brasil como um todo. Olavo Bilac se posiciona dessa forma a partir de 1908, pois seus textos publicados até o ano que antecede a publicação da lei, revelam que o poeta era contra o militarismo.

Simultaneamente às discussões a respeito da educação a ser implantada no país, no período de 1908, as Forças Armadas percebem a necessidade de modernização ante as grandes Forças Europeias e dão início a um programa que parte do reconhecimento da formação e composição do Exército Alemão e depois do Exército Francês. A primeira ideia consistiu no envio de alguns jovens Oficiais em 1906, que permaneceriam na Alemanha por um período de dois anos e, após esse tempo, retornariam com o objetivo da implantação dos conhecimentos adquiridos na potência Europeia. Esses Oficiais ficariam conhecidos, pejorativamente, como “Jovens Turcos”, em referência aos jovens Oficiais Turcos que estagiaram no Exército germânico e que, ao retornarem a seu país, lançaram uma revista com o nome de “A Defesa Nacional e com isso promoveram grandes mudanças no Império Otomano sob a liderança de Mustafá Kemale”.(LUNA, 2007,p. 4)

Os jovens oficiais brasileiros, ao retornarem ao Brasil em 1908, não se restringirão somente na preocupação de transmitir conhecimentos bélicos, também demonstrarão empenho na ampliação do ensino militar nas escolas de nível secundário e superior. Essa preocupação os levará a uma consciência da necessidade de um serviço militar condizente com uma Força Armada que aspira a um processo de evolução em nível de primeiro mundo. “Os Exércitos vizinhos da América do Sul como o do Chile e da Argentina já estavam numa aplicação mais adiantada de conhecimentos adquiridos na Europa (Alemanha) o que inspirava preocupação por parte do exército brasileiro”. (LUNA, 2007, p. 3)

Partindo da ideia de modernização do Exército, os jovens Oficiais, assim como seus antecessores turcos, lançam uma revista no Brasil chamada “A Defesa Nacional”, com o objetivo de buscar apoio para a implantação das ideias de modernização nas Forças Bélicas do País. Porém, esses jovens enfrentaram muita resistência por parte de Oficiais que eram avessos à modernidade presenciada pelos jovens em suas estadas na Europa. Ainda existia no

meio militar, principalmente dos Oficiais de Alta Patente, uma característica de pensamento colonial incompatível com as concepções consideradas modernas pelas Forças Armadas.

Os jovens oficiais tinham a noção de que a maneira como era realizado o recrutamento e o ensino da educação primária, não condizia com a realidade dos países europeus em que eles haviam residido e, portanto, para eles a mudança se fazia urgente. As modificações na Lei do alistamento militar eram uma realidade, já que constituíam uma imposição “natural” da guerra moderna, a qual nosso país não estaria inserido se continuasse a realizar o alistamento através da “caçada humana” e com soldados pertencentes a um grupo de extrema ignorância intelectual, pois:

Assim, a escola primária, como está, não pode servir de preparatória à educação militar. A mesma diferença se revela no espírito geral do ensino: *a educação militar visa formar individualidades morais capazes de pensar e agir com independência* e ao mesmo tempo despertar nos soldados o sentimento patriótico. Ao lado da instrução profissional figuram no primeiro plano do programa a educação moral e a história pátria. Em tudo se afirma o desejo de ensinar a cada um a pensar livremente e a exprimir claramente o seu pensamento. (TORQUATO, 2014, p. 91)

O autor relaciona a educação militar com independência de atitude. No combate, conviver com uma disciplina rígida e receber treinamento adequado, possibilitará ao combatente, em determinados momentos cruciais a tomada de decisões, sem a necessidade de receber ordem de alguém. Nas páginas da revista “A Defesa Nacional”, os redatores ressaltam o fato de os jovens que frequentavam somente a escola primária não estarem preparados para se tornarem futuros recrutas, “A guerra moderna, reclamava autonomia de cada combatente e exigia de cada um ‘grande dose de julgamento e de independência, de calma, de reflexão e de intrépida energia’” (TORQUATO, 2014, p.91)

Uma das inquietações de Olavo Bilac e de outros intelectuais brasileiros, no início dos anos 1900, além da necessidade do nascimento do sentimento de patriotismo, era a situação de defasagem da mão de obra dos trabalhadores naquele momento histórico e que, através de uma orientação doutrinária nos aquartelamentos, baseada em princípios disciplinadores, racionalizadores e individualizadores poderia ser resolvida. Os jovens recrutas adquiririam valores que seriam bem vistos pela classe burguesa brasileira.

Esse, no entanto, não era o objetivo dos militares com o recrutamento dos jovens na lei nº 1860 de 4 de janeiro de 1908 (lei do sorteio militar), seus interesses se limitavam em preencher seus claros (vagas) nos efetivos para a formação de uma reserva militar. Enquanto Olavo Bilac era um grande defensor do alistamento militar com o objetivo de educar o povo,

dentre os militares, se destaca o General Caetano de Faria que, durante seu mandato de 1914 a 1918 na pasta dos assuntos da Guerra, trata da aplicação do sorteio militar. Para ele:

A maior necessidade do exército é a execução do serviço obrigatório; a guerra não é mais uma luta entre exércitos e sim entre nações, ou, como estamos vendo atualmente, entre grupos de nações. Isso exige que o exército seja a nação armada, quer para combater isoladamente, quer para poder fazer parte de um grupo que não aceitaria um aliado sem valor eficiente (TORQUATO, 2014, p. 71)

Conforme o exposto pelo historiador Bruno Torquato, no período de 1908, é implantado o projeto “Soldado Cidadão”, pelo positivista Benjamin Constant. Esse projeto se resumia no conceito de que “[...] os Oficiais antes de serem militares eram cidadãos e como tal deveriam agir no sentido de um esforço civilizacional para a nação e no sentido de engrandecer a República” (TORQUATO, 2014, p. 80)

O Brasil, no início do século XX, apresentava uma realidade de um vazio demográfico<sup>37</sup> enorme e tinha grande necessidade de ocupação territorial assim como de proteção de suas fronteiras. O Exército assume importante papel na resolução desse problema e, no cumprimento dessa missão, a instituição percebe que pode aplicar o projeto criado por Benjamin Constant<sup>38</sup> numa valorização do quadro de seus Oficiais que passam a ser denominados “sacerdotes do civismo”, pois esses militares receberiam a grande tarefa de “civilizar o Brasil”.

Em 1912, segundo Bruno Torquato em seu trabalho, “Cidadãos, às Armas!”, publicado em 2014, o General Caetano de Faria<sup>39</sup>, Chefe do Estado Maior do Exército, no Clube militar, o qual era presidente, proferiu um discurso para o Presidente da República, o General Hermes

<sup>37</sup> IBGE – Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento. Série Regional. Volume XXIX. Estado de Mato Grosso. Censos Demográfico e Econômicos. Rio de Janeiro, 1956, p.1

<sup>38</sup> Benjamin Constant Benjamin Constant (1833-1891) foi militar e político brasileiro. Foi o idealizador da expressão "Ordem e Progresso" da Bandeira brasileira, inspirado no ideal positivista do francês Augusto Comte, que pregava "O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim". Teve importante papel no processo da Proclamação da República. Por proposta do positivista Demétrio Ribeiro, Benjamin recebeu o título de "Fundador da República Brasileira". Foi professor, doutor em matemática, e ciências físicas. Como militar, galgou vários postos, chegando a General de Brigada. Foi professor e depois diretor do Instituto dos Meninos Cegos, do Rio de Janeiro, durante 20 anos. Em sua homenagem, desde 1891 foi denominado "Instituto Benjamin Constant". Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2039/1178>. > Acesso em: 8 out 2016.

<sup>39</sup> José Caetano de Faria, militar; ch. EME 1910-1914; min. Guerra 1914-1918; min. STM 1919-1934. nasceu no Rio de Janeiro, 21 de março de 1855, em 1871, seguiu para o Paraguai integrando as tropas de ocupação que, após o término da Guerra do Paraguai (1866-1870), permaneceram naquele país até 1874. Foi chefe do Estado-Maior do Exército (EME), 1910 intensificação de seus contatos com o grupo de jovens oficiais que, tendo cumprido estágio no Exército alemão entre 1906 e 1912, haviam retornado ao Brasil dispostos a promover uma campanha de modernização do Exército brasileiro. Instituição do serviço militar obrigatório, a redistribuição das tropas pelo território nacional, o reaparelhamento do Exército e a reforma do orçamento do Ministério da Guerra. Em 1914 foi nomeado para o Ministério da Guerra. Sua gestão iria promover muitas das reformas pretendidas, principalmente a mudança do sistema de serviço militar. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-caetano-de-faria>. Acesso em: 8 out 2018.

da Fonseca<sup>40</sup>, no qual destacou em suas palavras a defesa da instituição militar “a escola da nação armada” e que os oficiais seriam “educadores dos soldados”. O General Faria também faz exaltação, segundo o autor, à educação que se dá no âmbito da “família” e que ao Exército caberia dar continuidade a essa prática educacional, pois “a disciplina militar é um prolongamento das disciplinas familiar e escolar”. (TORQUATO, 2009, p. 145)

Esse discurso do General foi motivado pela intenção de expor ao Presidente da República e às demais autoridades do país que a Força Armada exigia a aplicação da Lei do Sorteio do serviço militar obrigatório.

A partir desse discurso, o poeta parnasiano Olavo Bilac, que até então não estava totalmente convencido a respeito da relação favorável educação/ serviço militar, assume uma postura positiva e de apoio frente à questão; assim o projeto “soldado cidadão” salta aos olhos do escritor como uma forma de fazer chegar educação ao povo nos mais distantes locais do país. Porém, o “Príncipe dos Poetas”, eleito em 1913, pelos notórios homens de letras numa competição convocada pela revista Fon-Fon, entra na luta pela imediata implantação da lei afrontando a classe burguesa, tendo em vista que, até então, todas as formas utilizadas para o alistamento militar eram manipuladas com o intuito de livrar os jovens das classes dominantes de servirem as fileiras da caserna.

Bilac, em seus textos jornalísticos e palestras, parte para a defesa de que o sorteio militar seria a única maneira de diminuir a quantidade de população analfabeta que povoava os rincões do Brasil e, dessa maneira, sujeita aos mais variados meios de exploração, principalmente no tocante a uma engrenagem eleitoral. A população, segundo o intelectual, era apenas massa de manobra bruta, escravos de uma ideologia que os incapacitava a percepção.

Partindo dessa premissa, o autor concorda que o “único remédio” para a doença da população é o sorteio militar, pois através da vivência na caserna, inseridos na ideia do projeto “soldado cidadão”, os homens considerados seres brutos seriam transformados e, ao voltarem aos seus lares, no meio social ao qual faziam parte, seriam homens conscientes, dignos e patriotas.

Como exemplo de textos acima mencionados, temos em 1907, ano que antecede a aprovação da lei, o texto do poeta Olavo Bilac publicado no Jornal “O Correio Paulistano”

---

<sup>40</sup> Hermes da Fonseca nasceu na cidade gaúcha de São Gabriel em 12 de maio de 1855. Com 16 anos se tornou bacharel em Ciências e Letras e entrou para a Escola Militar do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Guerra no governo do presidente Afonso Pena (1906 a 1909). Participou ativamente, em 1910, da fundação do Partido Republicano Conservador (PRC). Em 1914 (após o mandato presidencial), foi eleito senador pelo estado do Rio Grande do Sul, porém se recusou a assumir o cargo em função do assassinato de Pinheiro Machado (dirigente do Partido Republicano Conservador). Instituiu a Lei do Serviço Militar obrigatório. Disponível em:

< [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/hermes\\_da\\_fonseca](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/hermes_da_fonseca).> Acesso em: 8 out 16.

intitulado “pau furado” que faz críticas ao meio militar, principalmente ao sistema de alistamento, descrevendo a falta de critérios sérios para a inserção dos homens da sociedade brasileira nas fileiras das Forças Armadas para ocuparem os cargos de mais baixa patente. Sua crítica atinge especialmente os objetivos desse sistema que nunca apanhava os indivíduos mais abastados da sociedade.

[...] O atual ministro da guerra, porém, julga, e com razão, que o serviço militar obrigatório é uma necessidade. [...]. Tal iniciativa só merecia os mais vivos aplausos, se realmente a lei, que se prepara, tornasse extensiva a todos a obrigação do serviço militar. Mas, nessa lei, que já venceu na Câmara dos Deputados os trâmites da segunda discussão, há exceções e isenções odiosas, que a tornam positivamente inconstitucional, inexecutável e absurda.

Sem cuidar de outros muitos defeitos do projeto, basta, para julgá-lo e condená-lo, que pensemos nisto: ele isenta do serviço obrigatório os padres e frades, os homens diplomados, e os funcionários públicos. Postas de lado estas três classes, que classes ficam sujeitas à sujeição do ‘pau furado’? Somente duas: a dos capitalistas e a dos operários...Mas a classe dos capitalistas, para se eximir do dever militar e de qualquer outro dever, não precisa de exceções fixadas em lei: para iludir todas as leis, para torce-las, para burla-las, para anula-las, os capitalistas têm isto, que abala montanhas, seca oceanos, invade céus, e conquista homens e deuses: o dinheiro!...De modo que a classe única, que vai empunhar o ‘pau furado’, e fazer faxina, e apanhar soalheiras e chuvaradas, e ‘aprender a morrer’, é a classe dos humildes, dos pobres, dos trabalhadores que penam muito e ganham pouco, - a classe das eternas bestas de carga[...]. (BILAC, 1907, p. 1)

Pode-se conceber, a partir do texto, revolta e indignação do poeta com relação à abrangência da lei, pois, conforme seu discurso, a classe mandatária do país não precisaria sacrificar ninguém em nome da defesa da nação. Sendo assim, somente aqueles que nada ganham nascendo e vivendo nessas terras terão que defendê-las, o que já era uma prática realizada no Brasil desde a época imperial. Logo, para Bilac, não haveria propósito discutir e implantar uma Lei que seria, como todas as outras, passível de exceções.

Conforme discorrido anteriormente, o período do início do século foi marcado por grandes mudanças no mundo republicano brasileiro, assim como a implantação de certos conceitos na nação. Para o enraizamento de alguns princípios nacionais era imprescindível o auxílio da educação, portanto a educação é a grande motivação de Olavo Bilac para uma luta de transformação social do país. A partir do discurso, em 1912, no Clube Militar<sup>41</sup>, Bilac passou a compartilhar com o segmento militar da sociedade na defesa da implantação da lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908.

---

<sup>41</sup> Associação civil fundada no Rio de Janeiro em 1887, o Clube Militar tem sido a única entidade militar que abriga, indiscriminadamente, oficiais das três Armas. Tem como objetivos "incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar"[...]. Disponível em: < [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/clube\\_militar](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/clube_militar) > Acesso em: 18 ou 2016.

Nos anos que seguem após 1912 até a aplicação da lei em 1916, o poeta inicia uma defesa da lei nos jornais e revistas para os quais era escritor. Porém, em 9 de outubro 1915, acontece um discurso na Faculdade de Direito de São Paulo que marca o início de uma campanha nacional em defesa da Lei do Alistamento militar. A Lei, no entanto, só se institucionalizaria com a criação das Ligas Nacionalistas e da Defesa Nacional. Seu discurso discorrerá em torno dos problemas nacionais vividos na época:

O momento não quer discursos ociosos e retumbantes, [...]. O que se exige agora é a simplicidade de idéias [...]. Não podeis, talvez, perceber com perfeita consciência a gravidade da nossa situação moral, [...] não podeis entrever o caos, a confusão e os perigos que enchem toda a nossa Pátria. [...] Não vos deixeis deslumbrados pelo progresso deste Estado; São Paulo não é todo o Brasil. [...] Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse; sem desinteresse, não há coesão; sem coesão, não há pátria.[...]

Esse é o espetáculo que nos deparam as classes cultas. As outras, as mais humildes camadas populares, mostram só inércia, apatia de consciência. Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens [...]. A maior extensão do território está povoada de analfabetos; muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral, um dos instrumentos da maroteira política[...]. Lembrai-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidência e pela incapacidade dos legisladores, dando aos escravizados apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, a organização do trabalho, a habilitação material e moral para o exercício da dignidade cívica...

Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada. [...] (BILAC, apud, HANSEN, 2011, p. 118)

Após esse discurso e a criação das Ligas Nacionalistas, o poeta é realmente abraçado pelas instituições militares e sua campanha toma vulto nacional. Diversas palestras em várias Faculdades e ambientes elitizados do país são proferidas nesse período, culminando com a criação, em 7 de setembro de 1916, de uma liga nacional “A Liga de Defesa Nacional”. Bilac inicia uma peregrinação pelos principais centros acadêmicos do país, frequentados por membros da sociedade burguesa das mais diversas localidades, expondo suas razões para acreditar que a instrução primária acompanhada de disciplina seria capaz de levar à luz a uma camada da sociedade brasileira que estava vivendo na escuridão. Assim o Brasil seria uma terra de indivíduos dignos e com esperança.

## 2.2 OPOSITORES:

Assim como houve uma grande comoção em favor da aplicação da Lei do Sorteio do Alistamento Militar, aconteceram diversas manifestações contrárias à aplicação dessa lei. Apoiadas principalmente pelo movimento operário organizado, em particular os anarquistas,

como nos relata Celso Castro em seu texto “Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945)”, publicado em 2006 pela fundação Getúlio Vargas.

Carlos Augusto Addor descreve que houve, no Brasil, durante as manifestações contrárias à aplicação da Lei 1860 do Serviço Militar, o I congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em abril de 1906. Nesse encontro ficou decidido, entre outros assuntos, que haveria uma forte “incitação do proletariado à propaganda e ao protesto contra a guerra, assim como o militarismo, e contra a intervenção da força armada nas contendas entre salarizados e patrões”. (CASTRO, 2006, p.1)

Os temas das discussões giram em torno da exploração do trabalhador pela classe burguesa na aplicação da Lei 1860. Assim, diversas associações entraram em discussões sobre alguma forma de construção de resistência para defender os interesses das famílias que seriam atingidas quando da execução da lei. Em 1907, a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro encaminhou uma representação ao Congresso Nacional afirmando que o projeto de lei “desorganiza de um modo radical as classes produtora do país”. (CASTRO, 2006, p.2)

Como estava sendo divulgado em diversos jornais e falado nos palanques de comícios da classe operária, a lei era mais uma manifestação da classe dominante sobre a classe operária brasileira. Um movimento de conscientização popular contra a lei deveria ser executado com rapidez para que ela não fosse efetivada. Esses atos serão vistos pelos Senhores das classes dominantes, que trabalhavam em prol da execução da lei, como uma atitude de “falta de patriotismo”.

Como foi citado anteriormente, o poeta Olavo Bilac cria a Liga de Defesa Nacional, da mesma forma é criado pelo movimento dos Operários a “Liga Antimilitarista Brasileira” em 1908<sup>42</sup>.

Essa liga, ao ser criada, constituirá oponente direto aos discursos dos elementos favoráveis à aplicação da lei 1860 do serviço militar obrigatório, será organizada de maneira a se expandir em todo o território nacional, filiando indivíduos de ambos os sexos, de qualquer idade, nacionalidade, crença política ou religiosa. Seu discurso é radical e atinge diretamente a classe patronal, assim como faz severas críticas aos militares. Para eles, os militares são

---

<sup>42</sup> A Liga antimilitarista discursava contra a nova lei de forma radical, e afirmava: “Que o sorteio militar ou serviço militar obrigatório, equivalendo a restauração da escravidão no Brasil, é uma medida não só inconstitucional e draconiana, como oposta a todos os princípios da civilização moderna que garante aos indivíduos a livre escolha das profissões conforme as necessidades e inclinações; [...] Que o exercito, dada a extrema raridade das guerras, constitue principalmente uma legião de fura-greves, capangas e guarda-costas da classe capitalista, – e o’que prova, flagantemente, que o exercito e o governo servem uma casta e não a nação [...] (JORNAL DO CEARÁ, ed. 00750 de 15 de fev de 1908, p.1)



elementos que existem com a finalidade de trabalhar para a classe governante utilizando sua força bélica não para defender a nação, mas para oprimir sua população.

Durante o embate entre as ideias a favor e contra a aplicação da lei, vários jornais verbalizaram suas posições radicalmente. O jornal “Não Matarás” apoiava, com discursos radicais, a luta contrária à aplicação da lei. O COB, “Congresso Operário do Brasil”, tinha como transmissor de suas ideias o jornal “A voz do Trabalhador”, que apoiava a campanha criada para evitar o alistamento no serviço militar, tratando como verdadeiros os atos realizados contra os inimigos do operariado, “o capitalismo e o militarismo”. (CASTRO, 2006, p.2)

Celso Castro, em seu texto “Insubmissos na Justiça Militar (1874-1945)”, assim como nas edições dos jornais do período do início dos anos 1900, relata que em 1º de dezembro de 1908 ocorre a primeira manifestação pública contra a guerra e a Lei do Sorteio. Essa manifestação organizada pelo COB realiza passeatas no centro do Rio de Janeiro e comício no Largo de São Francisco. O movimento começa a tomar força a nível nacional fazendo com que seja adiada a aplicação da lei por oito anos desde a data de sua promulgação. O editorial “Não Matarás” de dezembro de 1908, p. 3, publicou a falta de efetivo para alistamento e outros atos cometidos, como a utilização de nomes falsos por exemplo.

O “Jornal do Brasil” registrou na edição de número 0005, de 6 de janeiro de 1908, um comício realizado no dia 5 de janeiro do ano referido, entre as considerações feitas destacam-se as palavras do orador Sr. Eloy Pontes: “[...] o orador termina combatendo francamente sorteio militar como altamente prejudicial aos interesses da classe operária que, em sua opinião, não deve sujeitar-se a mais esse sacrifício sem resultado pratico para Ella e para o paiz.” (JORNAL DO BRASIL, ed. 0005 de 6 de jan de 1908).

No dia 16 de janeiro de 1908, o “Jornal do Brasil” publicou em sua edição de número 00016, um diálogo de uma moça noiva, prestes a casar, intitulado “Carta Intima”, que terá sua vida conjugal interrompida devido ao fato de seu noivo estar correndo o risco de ser sorteado para cumprir o serviço militar obrigatório. A moça irá desferir sua raiva contra a lei do sorteio militar.

[...] Todo appello á sorte, ao acaso, é absurdo e ridículo. A sorte já exerce um grande papel em nossa vida social. A loteria é que decide quem deva ficar opulento, por um gyro da roda, e para desmoralização do trabalho penoso e honrado. A loteria em nossos habitos, e, quando se falla em extinguil-a, ha deputados que choram.[...]  
(JORNAL DO BRASIL, ed nº 16 de 16 de janeiro de 1908, carta intima)

Como citado anteriormente, nota-se a lei causando um desconforto social nas famílias do início do século XX, alterando o planejamento familiar, assim como a rotina de trabalho. Seus planos passavam a ser conduzidos como em uma loteria.

No ano de 1908, a revista “O Malho” dá início a inúmeras publicações de textos com críticas e ironias com relação à implantação da Lei do Sorteio do Serviço Militar. Sugere, ironicamente, que a Lei seria uma maneira de afastar a violência das ruas (aquartelando cidadãos) trazendo maior civilidade às pessoas (ruas vazias). Na edição de número 0278 do ano de 1908, ano VII da Revista é publicado uma reflexão crítica acerca do serviço militar obrigatório:

[...] Mas tudo isso deve ser mentira: a lei é perfeita; a transição do regimen do voluntariado... a muque, para o serviço obrigatório, sem garantia para as famílias pobres, não é tal violenta; o sorteio é uma beleza e uma felicidade. Quem o contrario pensar, é tolo! Quem o contrario disser, é mais alguma cousa...Quem o contrario escrever, merece, pelo menos a forca![...] (REVISTA O MALHO, ed nº 0278 de 1908)

O texto acima explicita a maneira satírica com que a revista “O Malho” trata do serviço militar obrigatório, afirmando que o indivíduo merece a forca, caso não respeite a lei que tem por objetivo recrutar de forma mais humanizada os jovens que serão incorporados nas fileiras das armas.

Todas essas manifestações de oposição à aplicação da lei não se limitaram às cidades maiores ou à capital federal, no interior do país também foram registrados protestos contrários à lei do sorteio militar. A revista “O Malho”, publicou em 1908 em sua edição de número 319, um diálogo entre um soldado e um cidadão do interior do país tratando sobre a implantação da lei:



*Soldado:* - Então, como é isso? Cá pela roça não querem o sorteio militar?

*Paisano:* -Homem, seu camarada: elles dizem, e dizem muito bem, que, si é para aprender a dar tiros, basta o exercício da caça...

*Soldado:* - E a defesa da pátria? E um caso de guerra?

*Paisano:* -Homem, seu camarada, elles dizem, e dizem muito bem, que isso de guerra é uma desgraça, e que é de felicidade que o Brazil precisa!...

*Soldado:* - Mas...si houver uma provocação?...

*Paisano:* - Homem, seu camarada, elles dizem, e dizem muito bem, que, quando um não quer dois não brigam, e que é uma vergonha incommodar-se vinte milhões de habitantes por causa de um só maluco...

*Soldado:* - E quem é esse maluco?

*Paisano:* - Homem, sei camarada, elles dizem, e dizem muito bem, que é um tal Zeballos!.. ( O MALHO, 1908, ed. 319)

A narrativa se passa em um ambiente rural e os personagens representam o homem do interior, com seu figurino de roupas simples e feições que demonstram a simplicidade de uma pessoa com experiência de vida. Carrega uma arma, provavelmente instrumento presente no seu dia a dia, para utilização em caçadas e proteção, sua postura demonstra humildade perante o mundo; e, o Soldado, representando as forças armadas, com o simbolismo de sua farda, numa postura altiva, equipado com uma mochila que transporta os meios necessários para sua sobrevivência. Esses indivíduos representam duas visões antagônicas acerca do sorteio do serviço militar. O caipira do interior, com sua sabedoria popular, possui uma ideia contrária ao sorteio, enquanto o Soldado defende a execução da lei do sorteio.

O Estado de Minas Gerais foi, dos entes federados, o que mais fez oposição à lei do sorteio militar, segundo Celso Castro, “[...] o sorteio militar foi recebido em Minas Gerais com ‘pavor’[...]” (CASTRO, 2006, p. 3). Isso se deve, principalmente, ao fato dos municípios mais afastados terem pouco acesso à informação e aos meios de comunicação do início do século

XX, ocasionando uma queda brusca no alistamento, ou seja, um aumento no número de insubmissos<sup>43</sup> no estado de Minas Gerais.

### **2.3 A APLICAÇÃO DA LEI DO SORTEIO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO**

O ano de 1916 será o ano da realização do primeiro sorteio do serviço militar obrigatório, depois de diversas divergências na sociedade brasileira, o país terá a publicação de uma lei que deveria ser a solução de muitos problemas para a classe dominante do Brasil do início do século XX, enquanto que, para a grande maioria da sociedade, era mais um problema criado pela elite capitalista nacional.

Durante o ano acima citado, continuaram as divergências entre os apoiadores da lei e os que se sentiam prejudicados pela aplicação dessa legislação. Os comícios contrários, organizados pelas classes operárias, eram divulgados pelos meios de comunicação, porém com menos força que nos anos anteriores, demonstrando assim, enfraquecimento para impedir a aplicação do sorteio. Os militares estavam a cada dia mais eufóricos com a realização do sorteio, que no ano de 1916 se concretizaria. Assim, a classe que conseguiria realmente atingir seus objetivos, os militares, relatavam nos jornais todos os passos que estavam sendo cumpridos conforme a lei prescrevia.

O General Bittencourt baixa instruções para o cumprimento do sorteio militar:

Afim de ser fielmente cumprido o regulamento que, para a execução do alistamento e sorteio militar, estabelecidos pela lei 1.860 de 4 de janeiro de 1908, baixou com o decreto n. 6.947 de 8 de maio do referido anno, determinou o general commandante da 5ª região que sejam observadas as seguintes instruções:

1º – Logo que as juntas de alistamento terminarem os seus trabalhos, no periodo fixado pelo artigo 95 do regulamento citado, deverão aguardar dentro de um mez a contar do ultimo dia do alistamento, as reclamações dos interessados quanto a isenção para o serviço militar.[...]” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1916, ed. 21)

O texto publicado pelo jornal “Gazeta de Notícias” na edição de número 21 de 21 de janeiro de 1916, traz explicações sobre a maneira pela qual os fatos transcorreriam no presente ano até a realização propriamente do sorteio militar. Descreve a preocupação dos militares em cumprir os prazos, assim como as diretrizes contidas nas instruções publicadas em nome do General Bittencourt Comandante da 5ª Região Militar.

---

<sup>43</sup> Insubmissão: Conforme Código Penal Militar, Art.183. Deixar de apresentar-se o convocado à incorporação, dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, ausentar-se antes do ato oficial de incorporação. Pena-impedimento, de três meses a um ano.

Na edição de número 36 do dia 5 de fevereiro de 1916, o jornal “Gazeta de Notícias”, trazia o ordem do Sr. Ministro da Guerra:

O Sr. Ministro da Guerra mandou hontem providenciar para que os commandantes de regiões enviem, com a possivel brevidade, um mappa dos reservistas das duas categorias relacionados nos corpos e nos registros militares. São medidas preliminares que toma a administração da Guerra para o futuro sorteio militar que vai executar este anno. Os reservistas estão isentos da conscrição (JORNAL GAZETA DE NOTICIAS, 1916, ed. 36)

O texto publicado pelo Jornal “Gazeta de Notícias” do Rio de Janeiro, segue a linha de outras publicações do período, dando ênfase à organização e na maneira como será executado o sorteio militar. O ministro ordena diretamente que seus Generais providenciem os documentos necessários, caracterizando o assunto como sendo prioridade para as forças armadas.

Houve manifestações em diversos jornais como “Jornal do Brasil”, “Correio da Manhã”, “A Notícia” e também descrição na revista “O Malho”, no decorrer do ano de 1916.

“O Malho”, publicou em sua edição de número 701, uma crise entre o ministro da guerra e o comandante da 5ª Região militar, ocasionada pela implantação do sorteio militar, o motivo era o impasse sobre o que fazer com os soldados que seriam despedidos das fileiras sem preparo para outras profissões. (O MALHO, 1916, ed. 701)

O questionamento tem origem no fato de o governo querer colocar um número maior de jovens na caserna e assim liberar aqueles que já estavam “velhos” para o serviço militar, porém não ter preparado para o mercado de trabalho os que teriam de sair, bem como não ofertar, aos que iriam entrar, um meio de qualificação. Portanto, para algumas classes sociais, principalmente a dos trabalhadores, a ida desses jovens para os quartéis significaria um atraso na formação do trabalhador além de representar o adiamento na implantação da economia do Brasil na economia mundial, que necessitava de trabalhadores mais qualificados para suas indústrias. (O MALHO, 1916, ed. 701)

Em 10 de dezembro de 1916, acontece o sorteio militar, quase uma década após sua aprovação, após muitas críticas, brigas, apoio e criação de diversas associações para discussões sobre a implantação da lei.

O Quartel General do Exército recebeu diversas autoridades, que vieram participar e prestigiar a realização de um sonho iniciado ainda no Império e que, naquela data, estava finalmente se concretizando. Dentre os participantes estavam: Wenceslau Braz Presidente da República, José Caetano de Faria Ministro da Guerra, o Poeta Olavo Bilac e outras autoridades, além do público em geral, visto que a cerimônia foi aberta à sociedade.

Na cerimônia foram sorteados 152 nomes, houve alguns pedidos de recurso<sup>44</sup> ao Supremo Tribunal Militar, pois era direito dos indivíduos se utilizarem dessa apelação, mas foram rejeitados pelo Supremo Tribunal, instituição que ainda decidiu sobre a constitucionalidade da lei.

No dia 11 de dezembro de 1916, o “Jornal do Brasil” fez uma publicação especial na edição de número 346, denominada “Sorteio Militar a sua realização, Os Sorteados do 1º Bando, Varias Notas” (JORNAL DO BRASIL, 1916, ed. 346), nessas notas explicava-se a condução do sorteio em diversos estados da República, no Ceará, na Paraíba e na Bahia.

Nos dias que sucederam o sorteio militar, os jornais e revistas passaram a publicar o fracasso que fora o sorteio em outros estados, ocasionado pelas várias brechas da lei e também pelo acolhimento aos pedidos da população e pelos sindicatos operários para não alistarem seus filhos, assim o mapa de pessoas alistadas sofreu uma queda no país.

Na edição de número 742 do ano de 1916, “O Malho” lê-se: “Fracassou também na Bahia a lei do sorteio militar. Dos 134 municípios do Estado apenas 20 mandaram listas com poucos nomes e esses mesmos de estudantes” (O MALHO, 1916, ed. 742).

Caracteriza-se na citação, que fora da Capital Federal, nos interiores do Brasil, as juntas não conseguiam executar seus trabalhos corretamente, pois o envio de nomes de estudantes demonstra uma artimanha para burlar a legislação, visto que estudantes que preenchiam a lista eram dispensados do sorteio, conforme a legislação, se fossem menores de 21 anos.

Na edição de número 6517 do “Correio da Manhã”, lê-se:

No Paraná, O fracasso do sorteio militar. Ainda não se desvaneceu a desagradável impressão causada pelo facho de sómente em 8 municípios, dos 29 que compõem o Estado, se ter procedido ao sorteio militar, concorrendo para sobrecarregar immensamente aqueles em que as juntas de alistamento se reuniram. Em Biguassú, Coritybanos, e Porto Bello, três menos populosos municípios e centros de lavoura e criação, foram sorteados mais de 200 jovens, com a circunstancia de estar Coritybanos soffrendo ainda as consequencias das depredações e lutas de que foi o teatro o Contestado<sup>45</sup>. (CORREIO DA MANHÃ, 1916, ed. 6517)

Conforme Celso Castro, uma das causas da frustração na aplicação da lei do sorteio militar foi o aumento do número de insubmissos (aqueles que, convocados, simplesmente não

<sup>44</sup> Art. 47. Das decisões da junta de sorteio, como conselho revisor, haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Militar, dentro do prazo de 10 dias, a contar daquelle em que forem affixadas nas portas do edificio municipal, por ordem da junta, e transcriptas na imprensa local as listas gerais dos sorteados.

<sup>45</sup> Iniciada em outubro de 1912, na Região Sul do país, a Guerra do Contestado foi um conflito armado que opôs forças do governo (federal e estadual) e sertanejos que viviam na região disputada pelos estados de Santa Catarina e do Paraná. Estendeu-se por 4 anos, até 1916, e estima-se que tenha deixado mais de 10 mil mortos. [...] Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/contestado>. > Acesso em: 13 out 2016.

apareciam para servir) que passou a ocorrer durante o período de 1916, fato agravado pelas brechas da lei que não previa uma punição severa para o cidadão que faltasse ao serviço militar. (CASTRO, 2006, p. 6)

Durante esse trabalho, Celso Castro cita um artigo escrito pelo médico Dr. Braz Bicudo de Almeida descrevendo algumas razões que levaram a lei a não “pegar” e o sorteio ter sido um fracasso:

1º) Lei mal feita, copiada de países velhos, de população densa e de cultura popular diferente da nossa; 2º) Inexigibilidade completa da lei, por defeitos da própria lei; 3º) Falta de um recenseamento geral bem feito, que habilite o Governo contra os relapsos, sendo que a punição dos primeiros insubmissos deu em resultado o aumento espantoso dos mesmos; 4º) Desilusão dos sorteados ou dos voluntários que, ao regressarem aos seus lares, foram os maiores propagandistas contra a apresentação dos seus conhecidos para o serviço militar; 5º) A demora do sorteio, que dificultava, para os governos municipais, a descoberta do endereço dos sorteados. (CASTRO, 2006, p. 6)

O texto acima lista uma série de fatores que, segundo o autor, contribuíram para o fracasso da lei. São aspectos que evidenciaram a derrota das autoridades e também a desilusão por parte da população incorporada nas forças armadas.

A partir do exposto no presente capítulo, pude constatar que existiam dois grupos que disputaram acirradamente, por um período de quase uma década, a execução ou não da lei do sorteio militar. Os grupos eram formados, respectivamente, por indivíduos detentores do capital, do poder, do conhecimento institucionalizado, isto é, a classe patronal que defendia a aplicação da lei; e por pessoas humildes, pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, que tinham um conhecimento empírico, a classe operária, contrária à execução da lei do sorteio militar.

Em virtude do que foi mencionado constata-se que a luta pela aplicação ou não da lei do sorteio militar em 1908, caracterizava-se por uma luta de classes, onde cada uma discursava suas razões na defesa de seus argumentos. A criação de respectivas ligas destaca o quanto cada classe estava envolvida na luta contra ou a favor da lei. Enquanto uma defendia que a lei era a salvação da nação, a outra a acusava de ser mais uma atitude opressora do capital sobre a população.

## CAPÍTULO 3 – BRASIL E O ALISTAMENTO MILITAR NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Quando escrevemos a ‘história mundial’ dos períodos precedentes, estamos, na realidade, fazendo uma soma das histórias das diversas partes do globo, que, de fato, haviam tomado conhecimento umas das outras, porém superficial e marginalmente, exceto quando os habitantes de uma região conquistaram ou colonizaram outra, como os europeus ocidentais fizeram com as Américas. (HOBSBAWM<sup>46</sup>, 2007, p.79 - 80)

Segundo Boris Fausto<sup>47</sup>, em sua obra “História do Brasil”, no capítulo “Primeira República”, em 1908, quando é aprovada a lei número 1.860 de 4 de janeiro que regula o sorteio para o alistamento militar, o Brasil vive grandes transformações e se depara com antigos hábitos que evidenciam seu atraso aos olhos o mundo. A economia do país é totalmente dependente da agricultura e seu principal produto de negociação é o café, principalmente o produzido no centro do Brasil, mas também está vivendo o milagre da produção da borracha no norte que revoluciona as cidades de Manaus e Belém. (FAUSTO, 1995 , p. 291)

Entre 1900 e 1913, considerado como Era de Ouro da economia<sup>48</sup> na República Velha, ‘o produto agregado cresceu a uma taxa média de 4% ao ano, a formação de capital na indústria prosseguiu em ritmo ainda mais acelerado, realizou-se gigantesco esforço de reaparelhamento do sistema de transportes através de grandes obras portuárias e ferroviárias mantendo-se, além disso, relativa estabilidade de preços ao longo de todo o período.

A origem deste verdadeiro milagre econômico está na repentina melhora na posição externa ‘que se faz sentir já no governo Rodrigues Alves (1902-1906) em virtude do rápido crescimento das exportações de BORRACHA e do início do grande *boom* de investimentos europeus na periferia que, com breves interrupções, duraria até as vésperas da guerra [Primeira Guerra Mundial de 1914 a 1918] (AQUINO, 2008, p.92)

O capital produzido pela nação será direcionado para a construção de fábricas que começavam a se instalar no país, principalmente na região de São Paulo. Haverá uma

<sup>46</sup> Eminent historiador britânico, um dos mais conhecidos no Brasil, o professor Eric J. Hobsbawm é o autor de uma vasta e complexa obra historiográfica, na qual as grandes sínteses sócio-político culturais respondem ao mesmo tempo a exigências de rigor documental e a orientações metodológicas precisas. Definindo-se como historiador de formação marxista. Disponível em:< <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2301/1440>> Acesso em: 13 set 2016.

<sup>47</sup> Boris Fausto nasceu em São Paulo, no dia 8 de dezembro de 1930. Formou-se Bacharel em Direito pela (USP) em 1953. No ano de 1966 graduou-se em História pela USP, obtendo seu título de doutor pelo Departamento de História em 1969, USP. Foi Professor Colaborador aposentado, em nível de Professor Titular, do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, de 1988 a 1997, e colunista semanal do jornal “Folha de São Paulo” de 1998 a 2003. Atualmente é membro da Academia Brasileira de Ciências, eleito em 2001. Disponível em:< <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/borisfausto>>Acesso em: 15 set 2016.

<sup>48</sup> Era de ouro na economia da República Velha: Período de crescimento econômico, que vai desde a reforma monetária exigida pelos bancos internacionais ao final da década anterior com bom momento das exportações da borracha e fluxo de investimentos europeus nos países periféricos, até o início da recessão pela aproximação da 1ª guerra mundial, quando ocorre a fuga de capitais. AQUINO, Rubim; ARZUA, Marcos. República dos Fazendeiros: História, economia & literatura. e-pappers. Rio de Janeiro 2008



resistência por parte dos produtores rurais que será vencida naturalmente pela necessidade de inserção do Brasil no mercado moderno.

Algumas práticas ainda se mantêm da época do Império, contudo com o advento da República, adquirem mais força e independência. Principalmente no período conhecido como República Oligárquica, onde a figura do Coronel é de grande destaque, já que nos longínquos rincões do país, os habitantes estabelecem relação de dependência com esse indivíduo que coordena suas vidas.

Maria Efigênia Lage de Resende em sua obra “O processo Político na Primeira república e o Liberalismo Oligárquico”, defende a existência de negação da cidadania pela Constituição de 1891. Há também uma falta de preocupação com o bem público, ou seja, a virtude pública ou cívica é deixada de lado em função dos direitos individuais. (RESENDE, 2006, p.93)

O coronelismo<sup>49</sup> passa a ser um fenômeno político no qual os municípios possuem um indivíduo com poder absoluto para administrá-los. Esse sistema político influenciará na realidade das grandes cidades do país, seja na educação, economia ou convívio social, isto é, caracteriza uma variante de uma relação sociopolítica mais geral, “o clientelismo”. (FAUSTO, apud, ÁVILA, 1997, p. 1)

O voto não era secreto, portanto estava exposto ao conhecimento desse coronel (RESENDE, 2006, p.113), logo seu voto era conduzido conforme a vontade do “poderoso” de cada região. Ser cidadão não significava ter amplos direitos de cidadania neste período. O direito ao voto, por exemplo, era privilégio de somente 1% da população. Essa realidade se fez presente durante os primeiros anos do século XX.

O país respeitava a Constituição de 1891, que criou o Federalismo, estabelecendo a distribuição do poder aos municípios pelos estados e, nesse movimento político, ocorre uma troca de apoio durante as eleições para que grupos se mantenham no poder seja estadual ou municipal. (RESENDE, 2006, p.93)

---

<sup>49</sup> Coronelismo: prática de cunho político-social, própria do meio rural e das pequenas cidades do interior, que floresceu durante a Primeira República 1889-1930 e que configura uma forma de mandonismo em que uma elite, encarnada emblematicamente pelo proprietário rural, controla os meios de produção, detendo o poder econômico, social e político local. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CORONELISMO.pdf> > Acesso em: 17 set 2016

[...] Era a burguesia agrária, classe vinculada ao capitalismo agrário-exportador, quem detinha o monopólio do poder político. Presidentes e membros do legislativo (federal, estadual e municipal) representavam os interesses dessa classe dirigente e na sua maioria a ela pertenciam.

Mecanismos políticos legais ou fraudulentos asseguravam a continuidade desse poder dirigente, praticamente monopolizado. Assim acontecia porque somente uma minoria votava, do processo eleitoral sendo excluídos os sacerdotes de ordens contemplativas, as mulheres, os praças de pré, os menores de 21 anos e os analfabetos. Estes constituíam a maioria da população. Nas eleições, o voto era a descoberto e dava margem ao voto de cabresto: o eleitor era obrigado a votar no candidato do chefe político municipal, estadual ou federal.[...] (AQUINO, 2008, p.75)

O texto acima, nos permite perceber a força dos Coronéis no período da primeira República, sua autoridade influenciava a política em todas as esferas governamentais, conforme seu interesse. O Coronel possuía ampla jurisdição sobre seus dependentes. (RESENDE, 2006, p. 118)

No período de 1908, o Brasil convivia com uma população de imigrantes chegados na época do Império, principalmente para trabalhar nas lavouras de café do oeste paulista em substituição à mão de obra escrava (ARIAS NETO, 2003, p. 203). No início do século XX, as primeiras fábricas que começaram a ser criadas no país utilizavam o trabalho dos imigrantes europeus, principalmente italianos, com suas ideias socialistas, na busca por melhores condições de trabalho. Travam uma luta com a classe patronal e terão ampliadas certas liberdades civis e políticas e institui-se o novo lugar da luta de classe. (ARIAS NETO, 2003, p. 228). Essas lutas vão adquirindo força através das diversas greves realizadas no período até 1917, período em que acontece a grande greve geral. Por causa disso, o governo toma atitudes extremas colocando até navios de guerra para exigir o término da greve e intimidar os grevistas. (CANCIAN, 2006, p.3)

O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social. Ao lado dele figuram, entre outros, os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá. Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. 72% vieram entre 1914 e 1930.

[...] Tanto japoneses quanto italianos vieram pela agricultura, sírios e libaneses vieram como mascates e pequenos comerciantes. A maioria dos imigrantes portugueses acabou se estabelecendo nas cidades mesmo. A ascensão dos imigrantes ocorreu mais nas cidades do que no campo, ainda que entre 1889 e 1930, o Brasil continuasse a ser um país predominantemente agrícola. (FAUSTO, apud, ÁVILA, 1997, p. 5)

Constata-se, no texto acima, o percentual de imigrantes que se instalou no Brasil constituindo uma força de reação à implantação da lei do sorteio do serviço militar. Sua organização, em sindicatos de operários, criou ligas que impuseram grande resistência à execução da lei.

No ano de 1916, o Brasil era governado pelo mineiro Wenceslau Bráz<sup>50</sup>, o mundo, neste momento, convivia com os horrores da primeira grande Guerra na Alemanha e a nação brasileira não seria poupada desse mal que afugentava os povos.

A economia mundial atravessava um momento de crise, como fazer para que o Brasil, que é um país agrícola, pudesse exportar seu principal produto: o café? Nesse contexto, o país conseguia se livrar da crise com a mudança de sua balança comercial para o lado americano, aumentando suas exportações para os Estados Unidos. Pois, durante a primeira Grande Guerra, as importações do café brasileiro pelos EUA superaram as importações da Inglaterra, nosso maior mercado de comércio, até esse período. (ARIAS NETO, 2003, p. 218).

No entanto, essa é uma visão da economia externa, pois o Brasil internamente estava vivendo um momento muito delicado, os trabalhadores em geral sofriam com a carestia dos produtos de primeira necessidade e a perda do valor de seus salários. Essa situação gerou grandes problemas para o governo como revoltas e crises nas cidades (ARIAS NETO, 2003, p. 218).

O governo do Sr. Presidente Wenceslau Bráz caracterizar-se-á também pelo início da industrialização do Brasil, as pequenas oficinas e fábricas começarão a se transformar em grandes indústrias, produzindo materiais têxteis assim como maquinarias e equipamentos. Essa industrialização, inicialmente, enfrentará resistência por parte da classe oligárquica, porém eles não conseguirão frear o desenvolvimento natural.

O desenvolvimento industrial traz consigo o aumento de trabalhadores para as cidades, já que é o operário que faz a engrenagem da indústria funcionar. As vagas nas fábricas são muitas, no entanto, as condições de trabalho não são dignas. Trabalham, nesses locais, homens, mulheres, crianças e, segundo Margareth Rago, “[...]os industriais procuram convencer a sociedade da necessidade do aumento da produtividade do trabalho para construir

---

<sup>50</sup> Wenceslau Braz Pereira Gomes nasceu no dia 26 de fevereiro de 1868 em Brasópolis, Minas Gerais. Completou os estudos secundários em São Paulo, onde se formou em direito em 1890. De volta a seu Estado natal, trabalhou como promotor público em Jacuí e em Monte Santo antes de ingressar na política. Iniciou a carreira política como vereador e presidente da Câmara Municipal de Monte Santo e, em 1892, foi eleito deputado estadual. Ocupou a Secretaria do Interior de Minas Gerais de 1898 a 1902 e, no ano seguinte, foi eleito deputado federal. No Congresso Nacional, Wenceslau Braz foi líder da bancada mineira e da maioria. Voltou para Minas Gerais como vice-presidente do Estado e, em razão da morte do titular, João Pinheiro, assumiu o governo mineiro de 1909 a 1910. Chegou à presidência da república depois de ter sido vice do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914). Foi indicado para a sucessão presidencial na política do café-com-leite, que se caracterizava pelo revezamento de paulistas e mineiros no comando do país. Candidato único, governou de 1914 a 1918 e foi responsável pela participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial. No fim de seu mandato, deixou a política para se dedicar exclusivamente à Companhia Industrial Sul-Mineira, empresa que fundou em 1912 na cidade de Itajubá. Morreu em 15 de maio de 1966. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/venceslau-bras-pereira-gomes>> acesso em: 28 set 2016.

a riqueza da nação por esses homens, mulheres e crianças que deveriam submeter-se sem nenhuma objeção”. (RAGO, 1985, p.18)

Nesse período, há o surgimento de duas classes sociais antagônicas: a burguesia, os patrões em plena ascensão, e os operários, principalmente os imigrantes, trabalhadores que definirão o futuro do país em torno de lutas públicas por direitos. Paralelo às classes acima citadas, uma terceira casta terá grande influência nesse momento do país, os militares. Esses serão acusados de defenderem as elites, utilizando a força para impor a lei da classe burguesa, “os militares são vistos como mera representação das elites dominantes, reduzindo assim os militares a simples ‘leões de chácara’ das oligarquias locais”. (HGCB, 2010, p.183).

Em 1916, momento em que todas essas classes discutem assuntos corriqueiros, a lei nº 1.860 de 1908 constituirá fato marcante nessas discussões, já que cada classe, com sua visão sobre a lei, visa captar algum benefício, tanto na aplicação da lei, como na rejeição à sua execução.

O Brasil, neste momento, vive uma metamorfose muito grande, uma vez que se fará incluir no mundo industrializado e, ao mesmo tempo, ainda convive com o domínio de seus coronéis nos rincões do país, pois “se houve um processo de desenvolvimento econômico, a este não se seguiu nem correspondeu o surgimento de um regime democrático e, menos ainda, de um processo de desenvolvimento humano e social”. (ARIAS NETO, 2003, p. 275). Essa realidade se tornará conflituosa, em se tratando dos operários nas fábricas do país, que queriam garantir direitos trabalhistas e eram contra a implantação da lei do sorteio do serviço militar. Os intelectuais, preocupados com a eclosão de manifestações que existiam nesse período, provocada pelos imigrantes anarquistas, entram nessas discussões com a preocupação de despertar na população brasileira o sentimento de nação, pátria. Essas pessoas, brasileiros dos diversos rincões do país, até então, viviam longe dessa realidade, na dependência do sistema do coronelismo, tendo suas vidas conduzidas em decorrência de suas fragilidades.

Então, como inserir essas pessoas que agiam sob o efeito da dominação, em um processo de formação de nacionalidade? A alternativa mais provável para a obtenção de sucesso nessa empreitada é o acesso à educação. Porém como dar educação a uma população tendo que quebrar uma barreira social, a barreira da dominação do ser humano?

A opção que corresponderia às exigências necessárias para a transformação social através da educação, nesse contexto, seriam as forças armadas, já que possuíam meios para chegar até os grupos de pessoas excluídas pela sistemática social do Brasil. Os indivíduos

intelectualizados do país acreditavam que a ideologia do “Soldado Cidadão”<sup>51</sup> serviria para quebrar barreiras e transformar o imaginário de pessoas que viviam submissas a outras que só se interessavam pela obtenção de votos para manutenção do seu poder.

Nessa realidade do país, desenvolve-se o capitalismo de maneira a satisfazer as grandes oligarquias rurais defensoras de seus interesses, não se afastando de sua área de influência (ARIAS NETO, 2003, p. 223). Segundo Michel Löwy, o modelo de desenvolvimento capitalista imposto ao Brasil deveria ser realizado por etapas, no entanto, o país não respeitou o molde gradativo e iniciou um oneroso processo de modernização e industrialização que trará consequências graves no desenvolvimento da nação.

[...] não podendo repetir o seu itinerário anterior: ele ‘salta’, por assim dizer, as etapas intermediárias do seu crescimento ‘normal’ e ‘orgânico’, como o pequeno ofício e a manufatura, e se manifesta imediatamente em sua figura mais moderna e avançada: a grande indústria. (LÖWY, s/d, p. 75).

No texto acima, o autor faz uma análise na quebra da sequência natural da evolução capitalista brasileira. Podemos entender que saltar etapas traz prejuízos importantes à nação, a elite se torna mais forte e a classe operária será explorada de maneira mais rigorosa para poder cobrir as etapas vagas que ficaram no caminho da evolução. “O capitalismo não se desenvolveu naturalmente no Brasil, antes foi imposto pela associação das classes dirigentes nacionais e o capitalismo internacional. Sendo que, as classes dirigentes brasileiras sequer formavam uma burguesia nacional coesa, eram, na verdade, representantes de grandes oligarquias rurais que defendiam tão somente seus próprios interesses[...]”.(LÖWY, s/d, p. 75).

Compreendemos que havia muitos interesses e conflitos no período de 1908 a 1916 e a lei do sorteio do serviço militar surge como uma necessidade, pois neste meio político e social a população representava, nada mais, que peça de manobra do poder. O conhecimento literário, que seria transferido às mais diversas pessoas nos mais distantes locais do Brasil, conforme o sonho dos intelectuais, traria como resposta o reconhecimento do Brasil como Pátria e também serviria como forma de manutenção da segurança das autoridades que tinham grande preocupação com o número de pessoas que passavam o dia nas praças públicas.

As forças armadas, porém, não estavam preocupadas, nem com a economia do país, tão pouco com o número de pessoas que passam o dia na rua. Sua preocupação era com o aumento de seu efetivo para compor uma reserva ativa do país e, principalmente, satisfazer

---

<sup>51</sup> A expressão foi consagrada no manifesto dirigido por Deodoro e Pelotas, em 1887, ao parlamento e à nação, o manifesto falava em cidadãos fardados, aos quais não se podia negar o direito de participar da vida política do país. A ideia do soldado cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobre tudo a elite política. (CARVALHO, 2005, p. 38-39)

um grande desejo: a valorização da Força, que estava prometida desde a Guerra do Paraguai e ainda não havia acontecido. (FERREIRA, 2009, p. 14)

O Exército queria fazer parte das grandes decisões políticas que envolviam a nação e, quanto mais pessoas de diferentes regiões estivessem pertencendo a seus diversos quadros funcionais, mais eram as oportunidades dos Oficiais de alta patente fazerem parte das grandes decisões do Brasil. (FAUSTO, apud, ÁVILA, 2008, p.1).

Os anarquistas, que alegavam estar preocupados com a produção do país, também discutiam a intervenção do estado através do cumprimento da lei, que passaria a intervir nos seus direitos de fazer escolhas pessoais, uma vez que tiraria trabalhadores das fábricas, bem como, filhos de suas famílias. Segundo eles, a lei estava sendo imposta, sem discussão prévia com os indivíduos envolvidos na composição do contingente que seria levado à sorteio. Pregavam, em seus comícios, a certeza da repulsa à guerra e diziam: [...] A Pátria, em nome da qual se cria o Exército para defendê-la, não representa os interesses de todos os cidadãos, mas apenas dos capitalistas [...].” (CASTRO, 1995, p.182)

Os intelectuais que buscavam a transformação do país através da educação acreditavam que só conseguiriam atingir esse objetivo com o auxílio das Forças Armadas. Através da implantação da disciplina, concretizada na caserna, poder-se-ia apresentar aqueles indivíduos “brutos”, já socializados, à coletividade e também lhes ensinar algo que seria usado em prol do crescimento da nação.

Um dos resultados mais importantes da disciplina foi a transformação racional da estrutura estamental; seu ramo mais racional, a burocracia, seria intrinsecamente alheio ao carisma e a todas as honras sociais. Ao considerar as raízes históricas da disciplina militar: ‘A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina’. [...] Nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista [...] (WEBER, 1995: 40).

O texto acima corrobora a ideia de Olavo Bilac em sua obra “A Defesa Nacional”, que relata: “Que é o serviço militar generalizado? E’ o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo [...]”. (BILAC, 1917, p. 7)

Conforme citado anteriormente, o Brasil havia acabado de sair da Guerra do Contestado, pouco antes, em 1904, acontecera a revolta da Vacina e, em 1910, a Revolta da Chibata. Todos esses acontecimentos envolviam diretamente os militares como força opressora, fazendo com que houvesse pouca simpatia da sociedade em relação às Forças Armadas. Deixar seus filhos pertencerem à instituições que reprimem revoltas populares com mortes,

torturas e prisões em navios, não era o desejo das mães dos jovens que deveriam participar do sorteio.

O Art. 1º da lei número 1860 determinava que “Todo o cidadão brasileiro, desde a idade de 21 á de 44 anos completos, é obrigado ao serviço militar, na fôrma do art. 86 da Constituição da República e de accordo com as prescrições desta lei”. A partir desse artigo, já começariam as discussões nos diversos círculos sociais do país, pois nele abrangia-se um grupo enorme de pessoas, sendo muitos pais de família, noivos, arrimos. (JORNAL DO BRASIL, 47d nº 16 de 16 de janeiro de 1908, carta intima)

De acordo com o descrito acima, constata-se uma síntese do Brasil do início do século XX, é nessa realidade que a lei do sorteio do serviço militar será executada, e por influência das turbulências desse contexto histórico, haverá o atraso na execução da lei em quase dez anos. O país vive uma realidade conflituosa de interesses de classes, também preferências individuais que se revelam mais importantes que o cumprimento da legislação, abrindo assim um leque de exceções para o desvirtuamento na sua completa execução, portanto seria mais uma lei que não atingiria os objetivos de sua criação. (MENDES, 2004, p. 115)

No entanto, em 1916 decidiu-se pelo sorteio do serviço militar obrigatório e todas as discussões e manifestações das classes envolvidas estariam sendo solucionadas através do giro de um globo com algumas “bolinhas” numeradas que faziam parte do espetáculo que se armou no Quartel do Exército no dia 10 de dezembro do ano acima citado.

Tendo em vista os aspectos apresentados ao longo do capítulo, somos inclinados a entender as diversas relações sociais que envolviam os atores do período do início do século XX. Nesse período, a economia era o fator que impulsionava os interesses das mais diferentes classes que formavam o país. O café continuava sendo nosso principal produto de exportação, porém, nesse momento, a borracha alavancava as exportações, principalmente na região norte do país, transformando a economia e cultura locais. No centro sul, entretanto, com o surgimento de diversas indústrias, principalmente, têxteis, na região de São Paulo, empregadoras de mão de obra de imigrantes europeus houve como consequência o desenvolvimento de ideias de reformas trabalhistas, cultivadas pelos trabalhadores dessas indústrias.

Os movimentos dos trabalhadores atingirão, em 1908, a aplicação da lei do sorteio militar, tendo em vista que, no discurso desses operários, o governo estava impondo o cumprimento de uma lei que obstruía o direito das famílias de optar por colocar ou não seus filhos nas fileiras das Forças Armadas. Além do governo, os intelectuais também apoiavam as Forças Armadas na aplicação da lei do sorteio militar. Os interesses, no entanto, eram diversos. Enquanto os intelectuais primavam pelo acesso à educação por parte da população, as Forças

Armadas, por sua vez, visavam o preenchimento de seus claros, assim como, a construção de uma reserva humana. Todos os interesses envolvidos e discussões realizadas acerca da aplicação da lei culminaram no adiamento de sua execução até o ano de 1916.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, seria muito prejudicial se um oficial, a quem o seu superior ordenou algo, quisesse em serviço sofismar em voz alta acerca da inconveniência ou utilidade dessa ordem; tem de obedecer, mas não se lhe pode impedir de um modo justo, enquanto perito, fazer observações sobre os erros do serviço militar e expô-lo ao seu público para que as julgue. (Immanuel Kant, A paz perpétua e outros opúsculos, p. 14)

Finalmente, a partir da exposição realizada, onde analisei o processo empreendido pelo Brasil para a implantação de uma lei referente ao alistamento militar, criada no início do século XX e executada quase uma década após sua promulgação, acredito ser possível responder à indagação inicial sobre a maneira como era feito o alistamento militar no início dos anos 1900. Sendo que, uma outra lei, com o mesmo propósito, já havia sido aprovada trinta e quatro anos antes, no entanto, sem êxito na sua execução, “nasceu morta” (MENDES, 2004, p. 115).

Inicialmente, mencionei as razões de se expor no congresso uma lei do sorteio militar que já se havia tentado, sem sucesso, aplicar no país no final do século XIX. Pela análise dos aspectos elencados, percebi que havia, por parte do Exército, a necessidade de construir uma reserva de efetivo, pois na Europa, os países vitoriosos nos conflitos caracterizavam-se por ter uma numerosa tropa.

Prossigui com explanação histórica da lei e do modo como era executado o alistamento militar até o início do século XX. Nesse debate, foram relatadas as vantagens para a aplicação da nova lei que posso citar como o aumento do efetivo, suprimindo as vagas existentes para os níveis hierárquicos mais baixos, bem como a extinção da “caçada humana”, comum no século XIX; e ainda a construção de um sentimento de patriotismo nos indivíduos que fossem sorteados para incorporarem as fileiras das forças armadas.

Também relatei sobre o período da origem da primeira lei do sorteio militar de 1874, “Lei Cumbuca”. (MENDES, 1999, p. 5), assim como suas consequências na tentativa da execução realizada ainda no Império do Brasil. Uma das consequências, conforme exposto no trabalho, foi a criação de um movimento denominado “Rasga – Listas”, que tinha como objetivo destruir as listas formadas pelas juntas de alistamento militar, localizadas nas paróquias de cada comunidade, inviabilizando, portanto, a incorporação dos jovens de suas localidades.

A partir da explicação do momento histórico pelo qual passava o país no período do início dos anos 1900, procurei evidenciar as ideias e interesses dos atores envolvidos na luta pela implantação da lei ou da rejeição na sua execução, cada grupo de acordo com seus interesses. Observei os diversos discursos a favor ou contra a lei e também fiz referência à participação

eloquente da imprensa da época, que se fazia presente no cotidiano das grandes cidades levando as informações ao conhecimento do público.

A pesquisa foi realizada principalmente a partir de Jornais da época como por exemplo Jornal do Ceará (CE), Correio da Manhã (RJ), Jornal do Brasil (RJ), A Notícia (RJ), O Estado de São Paulo (SP), Gazeta de Notícias (RJ), revistas como O Malho (RJ), revista Tico Tico (RJ) de 1908 a 1916, e teses acadêmicas relacionadas ao assunto e discriminadas nas referências bibliográficas; além dessas, ainda foram utilizadas, na pesquisa, algumas obras e autores que possuem trabalhos relacionados ao período de 1908.

A principal preocupação do trabalho consiste na verificação da maneira como as Forças Armadas se articulavam numa época de formação de um ideal republicano, sendo que as instituições militares eram utilizadas em diversos movimentos, sejam eles urbanos ou rurais, como força opressora da sociedade na defesa dos interesses dos governantes. O Brasil de 1908 inseria-se no mundo capitalista sem ainda ter adquirido forma de nação e, entrando em contato com ideias, até então muito novas, advindas de grupos de operários como os anarquistas.

Existia uma população de ex-escravos que não era utilizada como mão de obra produtiva, já que a preferência era pelos imigrantes, considerados pela elite capitalista, produtora de café, como trabalhadores capazes de modificar o sistema de trabalho no país. Nesse cenário, temos as forças armadas que aspiram o reconhecimento como força política capaz de influenciar na tomada das principais decisões do país.

No Brasil do início do século XX, esse trabalho busca a resposta para o seguinte questionamento: como incluir jovens nas fileiras das forças armadas, num período em que essas instituições eram vistas como retrógradas? A ideia que se tinha era que aqueles que entrassem nessas fileiras, retornariam ao período da escravidão. Nenhuma família tinha interesse em enviar seus filhos para trabalharem em instituições que não valorizassem os membros de baixa patente.

A lei número 1.860 de 4 de janeiro de 1908 que trata do sorteio do serviço militar é recriada para mudar os conceitos em torno das forças armadas, porém nesse Brasil recém republicano, enfrentará muitas barreiras que levarão a um adiamento de quase uma década para seu cumprimento, apesar de ter a seu favor o advento da Grande Guerra que eclodira na Europa nesse período.

Os principais articuladores e grandes interessados na implantação da lei eram os militares de alta patente, além dos intelectuais e a classe burguesa da época, isto é, na sua maioria, pessoas com ocupações capitalistas. Os elementos que pertenciam à classe operária tinham

“ojeriza” à criação e execução da lei do sorteio militar. Preciso ressaltar o fato de que, dentro do círculo dos defensores, existia uma divisão, ou seja, não eram coesos, uma vez que cada classe almejava a defesa de seus interesses.

Friso, também, a tendência protecionista na execução da lei, fato esse que gera diversas discussões em praça pública, já que a proteção atinge a burguesia, fazendo com que a obrigatoriedade do serviço militar fosse aplicada somente para os filhos do proletariado.

Conseguimos fazer uma comparação com a forma de aplicação da lei número 1.860 de 04 de janeiro de 1908, aplicada em 1916 e a lei número 4.375 de 17 de agosto de 1964, principalmente no item acima descrito, o protecionismo, em relação ao cumprimento do serviço militar obrigatório por indivíduos pertencentes à classe burguesa, capitalista que dominava o Brasil. Nos dias atuais, assim como na época do início do século, somente pessoas pertencentes à periferia das comunidades são selecionadas para servir ao país, pois as brechas da lei ou o excesso de voluntários acabam beneficiando a classe dominante que deixa de ter seus filhos incluídos nas fileiras militares do Brasil.

Outro fato que considero importante salientar, na pesquisa realizada acerca do alistamento militar, do início do século XX, e pode ser comparado com os dias atuais, apesar de não ter atingido o objetivo proposto pelos defensores da lei número 1.860 de 4 de janeiro de 1908, principalmente Olavo Bilac, é a introdução da educação como instrumento para a promoção de transformação da realidade social do povo. Ainda hoje, o acesso à educação para os jovens das mais diferentes localidades continua sendo um dos principais argumentos das forças armadas para a manutenção do serviço militar, embora saibamos que esse argumento não procede, uma vez que a educação deve ser promovida pelo Estado com investimentos e incentivos adequados.

Tendo em vista os aspectos observados, é possível concluir acerca do alistamento militar que fora alvo de fartas discussões e diversas mudanças ao longo do contexto histórico brasileiro. Entretanto, a referida lei tem a intenção de constituir uma forma mais branda de recrutamento, passando do ato de caça ao ser humano à forma de sorteio, no entanto permanece a característica elitista da lei, conforme citado no texto de Olavo Bilac, “Pau Furado”, publicado em 1907 pelo “Correio Paulistano”.

O caráter elitista da lei caracteriza-se pelo fato de as listas de nomes selecionados para o sorteio serem compostas por indivíduos pertencentes às classes menos abastadas da sociedade. Os filhos da classe média e alta continuavam isentos da obrigação do serviço militar, apesar da execução da lei nº 1.860, uma vez que essa lei portava brechas que favoreciam a insubmissão desses jovens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Rubim; ARZUA, Marcos. **República dos Fazendeiros: História, economia & literatura**. e-pappers. Rio de Janeiro, 2008

ARIAS NETO, José Miguel. **Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A NOTÍCIA, Rio de Janeiro. 1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 26 ago 2016

BILAC, Olavo. **A Defesa Nacional (discursos)**. Rio de Janeiro: Edição da Liga da Defesa Nacional, 1917.

BILAC, Olavo. **O Pau Furado**. Correio Paulistano, São Paulo. p. 1, 27 out 1907.

BOMFIM, Manoel. **AA América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Sociais, 2008

BRASIL. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4375.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4375.htm)>. Acesso em: 13 mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 2.556 de 26 de setembro de 1874. Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action>> Acesso em: 26 mai 2016.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.881 de 27 de fevereiro de 1875. Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília. DF. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br>> Acesso em: 26 mai 2016.

BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Biblioteca da Câmara dos Deputados. Brasília DF. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1860-4-janeiro-1908-580934-publicacaooriginal-103780-pl.html>> Acesso em: 26 mai 2016

CASTRO, Celso. **A resistência à implantação do serviço militar obrigatório no Brasil**. In CASTRO GOMES, Ângela. **Direitos e cidadania. Justiça, poder e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2005.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 1916. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 12 ago 2016

Clube Militar. Disponível em:

< [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/clube\\_militar](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/clube_militar)> Acesso em: 18 out 2016.

FAUSTO, Boris. “Expansão do Café e Política Cafeeira”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira**. Tomo III “O Brasil Republicano”, São Paulo: DIFEL, 1975.

FAUSTO, Boris. **1930 História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERREIRA, Bruno Torquato Silva. **“Cidadãos, às armas!”: A introdução do sorteio militar no Estado de Mato Grosso (1908-1932)**. Curitiba, 2014. 333f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

HANSEN, Patrícia. **Brasil, uma país novo: literatura cívico- pedagógica e a construção de um ideal de infância na Primeira República**. São Paulo, 2007. 253f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Hermes da Fonseca. Disponível em:

< [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/hermes\\_da\\_fonseca](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/hermes_da_fonseca)> Acesso em: 8 out 16.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1906. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 9 ago 2016

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1907. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 16 ago 2016

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1908. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 21 ago 2016

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 1916. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 9 ago 2016

JORNAL DO CEARÁ. Fortaleza. fev, 1908. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 25 ago 2016

KRAAY, Hendrik. **Repensado o Recrutamento Militar no Brasil Imperial**. vol 3. Maringá,1999

LAB (Liga Antimilitarista Brasileira).

Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098>>. Acesso em: 13 out 2016.

LDN (Liga da Defesa Nacional).

Disponível em:<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2098>>. Acesso em: 13 out 2016.

LEMOES, Renato. **A alternativa republicana e o fim da monarquia**. In: SALLES, Ricardo; GRINBERG, Keila. Coleção **O Brasil Imperial. v III. 1870 - 1889**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2009. p. 401 – 437.

LÖWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado**, Revista Outubro, n. 01, p. 73 – 80. Revista do Instituto de Estudos Socialistas. Disponível em: <[http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01\\_06.pdf](http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/01/out01_06.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2008.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **Os Jovens Turcos na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil**. Artigo disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.pdf>> acesso em: 13 set 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Tradução Maria Júlia Goldwasser; revisão da tradução Zelia de Almeida Cardoso. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 182p.

MENDES, Fábio Faria. **O Tributo de sangue: Recrutamento Militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em ciência política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, (IUPERJ).

\_\_\_\_\_. **A “Lei da Cumbuca”: a Revolta contra o Sorteio Militar**. Artigo disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>acesso em: 26 mai 2016.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. Trad.: Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. 1908. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 26 ago 2016

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A problemática da defesa do serviço militar a luz dos discursos de Olavo Bilac.** Artigo Disponível em:<<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/.pdf>> Acesso em: 22 ago 2016

RAGO, Margareth. Fábrica Satânica/ Fábrica Higiénica. In: RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985. p. 15-59.

RAMOS, Xisley Araújo. **Por trás de uma fuga nem sempre há um crime: o recrutamento a laço e os limites da ordem no Ceará (1850-1875).** Dissertação (mestrado em História), Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na primeira república e o liberalismo oligárquico.** In FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. Coleção **O Brasil Republicano. v I. da proclamação da república à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006. p. 89 – 120.

REVISTA “O MALHO”. Rio de Janeiro. 1908. Disponível em:<<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>> Acesso em: 21 ago 2016

ZIMMERMAN, Fernanda Maria & MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos no Sul do Brasil: Rotas de Tráfico e Identidade Étnica.** Relatório final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

## **ANEXOS**



**ANEXO A** - Lei Nº 2.556 de 26 de setembro de 1874. Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.

**LEI N. 2556 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1874.**

Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assemblêa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

**Art. 1.º** O recrutamento para o exercito e armada será feito:

- 1.º Por engajamento e reengajamento de voluntarios;
- 2.º Na deficiencia de voluntarios, por sorteio dos cidadãos brasileiros alistados annualmente na conformidade da presente Lei.

§ 1.º São isentos do serviço do exercito e armada no tempo de paz e de guerra:

- 1.º Os que tiverem defeito physico ou enfermidade, que os inhabilite para aquelle serviço;
- 2.º Os graduados, e os estudantes das faculdades estabelecidas no Imperio, dos cursos theologicos, e seminarios;
- 3.º Os ecclesiasticos de ordens sacras;
- 4.º O que servir de amparo e alimentar a irmã honesta, solteira ou viuva, que viver em sua companhia e o que alimentar e educar orphãos seus irmãos menores de 19 annos;
- 5.º O filho unico que viver em companhia de sua mãe viuva ou solteira, decrepita ou valetudinaria, ou de pai decrepito ou valetudinario.

**ANEXO B** - Decreto N° 5.881 de 27 de fevereiro de 1875. Aprova o regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.



**DECRETO N. 5881 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1875.**

**Aprova o Regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.**

Hei por bem, para execução da Lei n.º 2356 de 26 de Setembro de 1874, que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada, Aprovar o Regulamento, que com este baixa, assignado por João José de Oliveira Junqueira, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Fevereiro de mil oitocentos setenta e cinco, quinquagesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João José de Oliveira Junqueira,*

**ANEXO C** - Decreto Nº 6.947 de 8 de maio de 1908 – Aprova o regulamento para a execução do alistamento e sorteio militar.

**DECRETO N. 6.947—DE 8 DE MAIO DE 1908**

**Aprova o regulamento para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908.**

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição, e de accôrdo com o disposto no art. 101 da lei n. 1.860, de 4 de janeiro ultimo, resolve approvar o regulamento que com este baixa assignado pelo marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, para execução do alistamento e sorteio militar estabelecidos pela referida lei.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1908, 29º da Republica.

**AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.**

*Hermes R. da Fonseca.*

**Regulamento para execução do alistamento e sorteio militar, estabelecidos pela lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908, a que se refere o decreto n. 6.947 desta data.**

**Titulo I**

**DA OBRIGAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR**

**Art. 1.º** Todo o cidadão brasileiro, desde a idade de 21 annos a de 44 completos, é obrigado ao serviço militar, de paz e de guerra,

na forma do art. 86 da Constituição da Republica e de accôrdo com as prescripções da lei e deste regulamento.

Art. 2.º O serviço militar obrigatorio e pessoal será prestado do seguinte modo :

a) no exercito activo e suas reservas (forças de 1ª linha) dos 21 aos 30 annos completos ;

b) no exercito de 2ª linha e sua reserva dos 30 aos 37 annos completos ;

c) na guarda nacional e sua reserva (forças de 3ª linha) dos 37 aos 44 annos completos.

Art. 3.º Não podem servir no exercito:

a) os individuos que, antes da data legal de sua incorporação ao serviço, hajam soffrido condemnação por crime previsto no parographo unico do art. 46 doCodigo Penal da Armada ;

b) os que forem privados dos direitos de cidadão brasileiro, na forma das leis em vigor (Constituição da Republica, art. 71).

Art. 4.º Serão excluidos do exercito :

a) os que forem condemnados por crime a que se refere a ettra a do artigo anterior ou tiverem de soffrer pena minima lde dois annos de prisão ;

b) os que houverem soffrido a condemnação prevista no artigo anterior, logo que ella seja conhecida.

## ANEXO D – Lei Nr 1860 de 4 de janeiro de 1908.

### LEI Nº 1.860, DE 4 DE JANEIRO DE 1908 - Publicação Original

Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exercito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

#### TITULO I

Da obrigação do serviço militar

#### CAPITULO I

Art. 1º Todo o cidadão brasileiro, desde a idade de 21 á de 44 annos completos, é obrigado ao serviço militar, na fórma do art. 86 da Constituição da Republica e de accordo com as prescripções desta lei.

Art. 2º Não podem servir no exercito:

- a) os individuos que, antes da data legal de sua incorporação ao serviço, hajam soffrido condemnação por crime previsto no paragrapho unico do art. 46 do código penal da armada;
- b) os que forem privados dos direitos de cidadão brasileiro, na fórma das leis em vigor. (Constituição da Republica, art. 71.)

Art. 3º Serão excluidos do exercito:

- a) os que forem condemnados por crime a que se refere a lettra a do artigo anterior ou tiverem de soffrer pena minima de dous annos de prisão;
- b) os que houverem soffrido a condemnação previsto no artigo anterior, logo que ella seja conhecida.

Art. 4º Os que tiverem soffrido mais de uma condemnação, ou uma só, á pena minima de tres mezes, irão servir nos territorios federaes ou nos destacamentos das fronteiras.

Art. 5º Os alistados no exercicio activo que, durante o tempo do serviço imposto por esta lei, ficarem comprehendidos nas disposições do artigo anterior, irão servir nos territorios federaes si lhes faltar mais de um anno para concluirem o seu tempo; no caso contrario, serão transferidos para outra guarnição.

Art. 6º O fornecimento de contingentes á armada será regulado por lei especial, de accordo com o art. 87, § 4º da Constituição Federal. Os cidadãos destinados ao serviço na armada, de conformidade com a respectiva legislação, não serão alistados para o exercito de 1ª e 2ª linha.

#### TITULO II

#### CAPITULO II

#### SERVIÇO NO EXERCITO ACTIVO

Art. 8º A duração do serviço na primeira linha é de nove annos, sendo até dous no exercito activo e sete na sua reserva.



Art. 9º O exercito activo compor-se-ha dos contingentes que o Districto Federal e os Estados são obrigados a fornecer, constituídos, de conformidade com a lei annua de fixação de forças de terra, pelo voluntariado sem premio, e, em falta deste, pelo sorteio previamente organizado. (Constituição da Republica, art. 87, § 4º.)

Art. 10. Os contingentes que os Estados e o Districto Federal teem de fornecer, em virtude do artigo anterior, formarão dous grupos:

1º grupo - Será composto de sorteados e voluntarios especiaes de menos de um anno, destinados ao corpo ou a um dos corpos de infantaria do cada Estado ou do Districto Federal.

§ 1º Os voluntarios especiaes deverão ter menos de 21 annos de idade e mais de 17; a sua admissão e tempo de serviço serão regulados pelo Governo.

§ 2º Os voluntarios do segundo grupo serão maiores de 21 annos e menores de 30.

Art. 11. Até 30 de novembro de cada anno, os corpos e as unidades não incorporadas de cavallaria, artilharia e engenharia receberão voluntarios para o completo dos seus effectivos no anno seguinte, communicando, immediatamente, os respectivos commandantes, á autoridade competente qual o numero de vagas restantes, afim de serem preenchidos pelo sorteio de alistados, conforme adeante vae estabelecido:

Art. 14. A duração do serviço militar obrigatorio e pessoal não póde ser interrompida por licença, salvo em caso de molestia:

a) os militares, enquanto durar a obrigação do serviço activo, fóra os domingos e dias feriados, não poderão obter dispensa que exceda de 30 dias;

### CAPITULO III

#### DAS JUNTAS DE SORTEIO

Art. 45. Haverá em cada Estado uma junta de sorteio, á qual incumbe:

a) receber e guardar as listas de recenseamentos e registral-as em um livro especial para cada municipio;

b) proceder, seguidamente, ao sorteio dos alistados que devem servir em um dos corpos de infantaria, com parada no respectivo Estado, e dos destinados a constituir o segundo grupo de que trata o art. 10 desta lei;

c) communicar, sem perda de tempo, ao commandante do districto os municipios em que não tiver havido recenseamento, afim de que essa autoridade proceda como a respeito for determinado no regulamento desta lei.

Art. 46. A junta, antes de proceder ao sorteio de cada anno, funcionará como conselho de revisão, dando ou negando provimento ás reclamações dos interessados, quanto a isenções para o serviço militar. A's autoridades competentes, para procederem como fór de direito, dará conhecimento das infracções criminaes desta lei.

#### Publicação:

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/1/1908, Página 237 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Império do Brasil - 1908, Página 11 Vol. I (Publicação Original)

**ANEXO E** - Modelo de notificação publicada nos jornais de 1916 para convocação dos jovens que preencheriam as listas para a realização do sorteio militar.

**Sortelo Militar.** Dos 76 jovens sorteados para o serviço do Exército, neste Municipio, apresentaram-se já na Capital do Estado, 62. Destes, foram dispensados da incorporação por provarem menor idade e incapacidade physica, 30, os quaes já regressaram aos seus lares.

Por motivos justificados deixaram de seguir 7.

O capitão medico Dr. Jonas de Miranda virá a esta cidade proceder a uma inspecção de saude nos que não seguiram por motivo de doença.

Estão incursos nas penas militares, por não se terem apresentado ao tenente Guilhon ou as autoridades municipaes os sorteados Germano Schröder, Sebastião da Rosa, Martim Seidel, Paulo Adam, José Steierlein, Paulo Kanzler, Carlos Malon e João Jarchel.

Findo o prazo de ausencia a 28 de Fevereiro, serão os mesmos considerados desertores e presos para responderem a conselho de guerra.

Pedimos aos paes dos ditos jovens que os façam apresentar a autoridade competente, para não passarem pelo vexame de verem seus filhos punidos por desobediencia ás nossas Leis.

Fonte: Biblioteca Nacional

## ANEXO F - Edital de convocação publicado nos jornais de 1916.

## EDITAL

### de convocação de sorteados para o serviço do Exército.

O 1. Tenente do Exército Antonio Brício Guillon, instructor do Tiro N. 226 de Joinville, faz saber, por ordem do Sr Major Dr. Pedro Maria Trompowsky Taubois, commandante da Guarnição de Florianópolis e presidente da Junta de Revisão e Sorteio, que foram sorteados para o serviço do Exército activo, na Capital do Estado, os cidadãos constantes da relação abaixo, os quaes deverão comparecer até o dia 20 de Janeiro corrente no Quartel da Guarnição da mesma Capital, onde poderão também apresestar provas que os isentem do mesmo serviço.

#### 1. Grupo.

Nomes	Filiação
Otto Lenschow	João e Carolina Lenschow
Carlos Malon	Augusto e Bertha Malon
Carlos Benkendorf	Carlos e Ida Benkendorf
Andreas Kromel	Andreas e Theresa Kromel

#### 2. Grupo.

Nomes	Filiação
João Müller	João e Juliana Müller
Mario Schmidt	Albano e Jenny Schmidt
Rodolpho Jürgens	Frederico e Guilhermina Jürgens
Frederico Schlemm	Alexandre e Mathilde Schlemm
Alfredo Wöhl	Ignora-se
Paulo Tank	Guilherme e Luiza Tank
Adolpho Petersen	Carlos e Emilia Petersen
João Beil	Alberto e Elisabeth Beil
João Reize	Martinho e Isabel Reize
Vicente Souza Nascimento	Vicente e Elisa de Souza Nascimento
Ludovico Zoller	Adolpho e Frederica Zoller
Frederico Kleimann	João e Aurora Kleimann
Ernesto Albrecht	Germano e Luiza Albrecht
Luiz Elling	Gustavo e Maria Elling
João Jarschel	João Jarschel
Albano Vieira	José e Joanna Vieira
Alberto Kaiser	Guilherme e Anna Kaiser
Adolpho Bächtold	Alberto e Alberta Bächtold
Augustinho de Sousa	Anna Maria da Conceição
José de Castro Ramos	Gregorio e Maria Ramos
Otto Boetcher	Bernardo e Jenny Boetcher
Otto Bertling	Carlos e Luiza Bertling
Manoel José Moreira	José e Anna Moreira
João Julio Pereira	Julio e Maria Pereira
Willy Merckle	Guilherme e Luiza Merckle
Augusto Struck	Luiz e Maria Struck
João Baptista	Viuva Maria Baptista
Roberto Kunde	Viuva Augusta Kunde
Ricardo Wendorf	Carlos e Emilia Wendorf
Henrique dos Santos	Antonia e Eduarda dos Santos
Antonio May	Henrique e Margarida May
Paulo Negendank	João e Frederica Negendank
Germano Schröder	Emilio e Maria Schröder
Luiz Dora	Fernando e Maria Dorn
Frederico Mebs	Frederico e Anna Mebs
Bernardo Mielke	Viuva Emilia Mielke
Frederico Liermann	Guilherme e Rosa Liermann
Gustavo Koepp	Gustavo e Augusta Koepp
Emilio Siewert	Guilherme e Emilia Siewert
Octavio Manoel Machado	Manoel e Joaquina Machado
Antonio Lino Tavares	Manoel e Maria Tavares
Justiniano da Rosa	Firmino e Severina da Rosa
Henrique Krüger	Alberto e Catharina Krüger
Leopoldo Wöhl	Raymundo e Anna Wöhl
Sebastião da Rosa	Angelica Barbosa
Antonio Linzmeyer	André e Anna Linzmeyer
Sesartino Damasio Ferreira	Antonio e Bernardina Ferreira
Frederico Pannetta	Frederico e Catharina Pannetta
João Fernandes	Vicente e Luiza Fernandes
Germano Geisner	Germano e Paulina Geisner
Paulo Kardonke	Carlos e Bertha Kardonke
Martin Seidel	João e Dorothea Seidel
Antonio Jablonsky	José e Theophila Jablonsky
Martin Pinter	Martin e Sophia Pinter
Paulo Sohn	Augusto e Rosa Sohn
Rudolpho Schneider	Luiz e Augusta Schneider
José Pinter	Francisco e Anna Pinter
Augusto Ehliert	Carlos e Helena Ehliert
Frederico Gäril	Carlos e Augusta Gäril
Emilio Piazzera	Angelolfe Constancia Piazzera
Germano Hartmann	Frederico e Ida Hartmann
Paulo Adam	Francisco e Maria Adam
Francisco Schwiskosky	Antonio e Victoria Schwiskosky
Otto Faust	Frederico e Emilia Faust
Wentelin Schmidt	Gaspar e Mariana Schmidt
João Panstein	Antonio e Genoveva Alegri
José Alegri	João e Theresa Panstein
José Steierlein	José e Theresa Steierlein
Henrique Mathias	Conrado e Emma Mathias
Paulo Kanzler	Viuva Lorenz Kanzler
Leone Schawanowsky	João e Constancia Schawanowsky

Os que não se apresentarem no prazo acima estabelecido, ficarão sujeitos ás penas estabelecidas nos regulamentos militares e Código Penal do Exército.

Para obterem os meios de transporte deverão dirigir-se os sorteados á autoridade militar mais proxima dos lugares de suas residencias, ou ás autoridades municipais, as quaes providenciarão de direito.

Aquelles que tenham reclamações a fazer, deverão apresental-as competentemente documentadas, á Junta de Revisão em Florianópolis.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, lêvrei o presente Edital, que será publicado na imprensa, depois de assignado por mim.

Joinville, 3 de Janeiro de 1917.

1.º Tenente:

**Antonio Brício Guillon,**  
Instructor do Tiro 226.

Fonte: Biblioteca Nacional



**ANEXO G** - Imagem das autoridades presentes na realização do primeiro sorteio para o serviço militar. O presidente da República, sentado, é o quarto da esquerda para a direita, com General Caetano de Faria à sua direita. Olavo Bilac aparece em pé na primeira fila, à direita, de terno cinza e chapéu branco nas mãos.



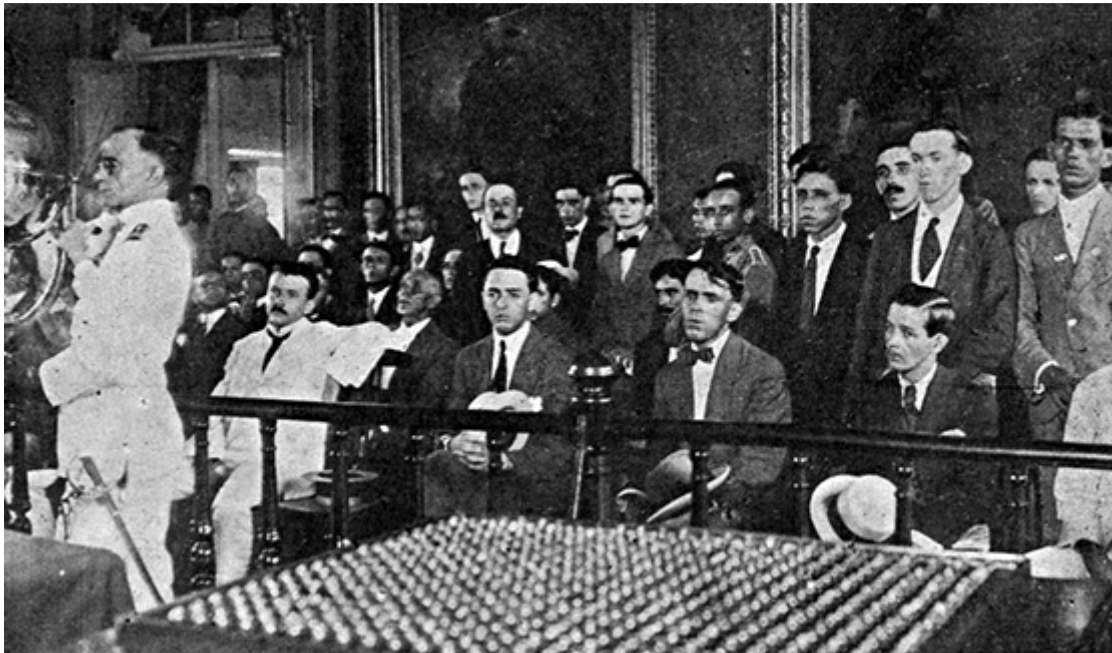
Fonte: Biblioteca Nacional

**ANEXO H** - Imagem do procedimento de realização do sorteio militar no início do século XX.



Fonte: Biblioteca Nacional

**ANEXO I** - As bolinhas alinhadas, continham as informações dos jovens que concorriam ao sorteio com um olhar de ansiedade e pânico.



Fonte: Biblioteca Nacional

**ANEXO J** - Imagem do Globo utilizado no primeiro sorteio do serviço militar. Encontra-se atualmente no Quartel General do Exército no Bloco G, na Diretoria de Serviço Militar, Brasília, Distrito Federal.



Registro fotográfico realizado no Quartel General do Exército em 3 de outubro de 2016.

**ANEXO K** - Imagem de uma das bolinhas utilizadas no primeiro sorteio do serviço militar no Rio de Janeiro em 1916 que continha as informações dos jovens a serem sorteados. Encontra-se atualmente no Quartel General do Exército no Bloco G, na Diretoria de Serviço Militar, Brasília, Distrito Federal.



Registro fotográfico realizado no Quartel General do Exército em 3 de outubro de 2016.

**ANEXO L** - Pintura ilustrativa do primeiro sorteio do serviço militar realizado em 1916 no Rio de Janeiro.



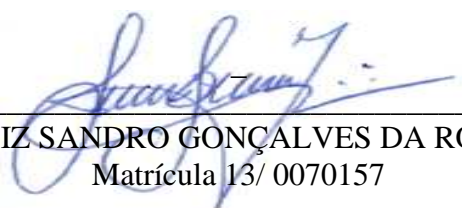
Registro fotográfico realizado no Quartel General do Exército em 3 de outubro de 2016.



### **Declaração de Autenticidade**

Eu, Luiz Sandro Gonçalves da Rosa, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado “O processo de implantação da Lei Nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908: Lei do Alistamento e Sorteio do Serviço Militar Obrigatório no início do século XX” foi integralmente por mim redigido, e que assinali devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado em qualquer idioma ou formato.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2016.



---

LUIZ SANDRO GONÇALVES DA ROSA  
Matrícula 13/ 0070157